

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 11 DE NOVEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.109

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.ale.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2109
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 022ª Sessão Especial da
16ª realizada em 28/10/2009 2
Ata da 102ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 5/11/2009..... 8

Publicações Diversas

Avisos de Resultado..... 17
Extrato 17
Ofícios 18
Pareceres 18
Portarias 23
Projeto de Conversão em Lei..... 24
..... 24
Projetos de Lei..... 24

PLENÁRIO

ATA DA 022ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À
ASSOCIAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROPOSIÇÃO
DO DEPUTADO CIRIO VANDRESEN

O SR. DEPUTADO CIRIO
VANDRESEN - Havendo quórum regimental e
invocando a proteção de Deus, declaro
aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas auto-
ridades que serão nominadas para compor à
mesa:

Excelentíssimo senhor deputado
Pedro Uczai;

Senhor Luis Carlos Barcelos,
presidente da Associação de Entidades
Filantrópicas do Estado de Santa Catarina;

Senhor Luiz Lorenzetti, coor-
denador do Fórum de Entidades da Grande
Florianópolis;

Senhor Professor Wilson Schmidt,
ex-presidente e coordenador da Associação dos
Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra
Geral e atual diretor do Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina;

Ilustríssimo Padre Wilson Groh,
presidente do Centro Cultural Escrava
Anastácia;

Senhor Sione Lauro de Souza,
superintendente da Conab, Companhia
Nacional de Abastecimento de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Luci
Choinacki, ex-deputada e atual presidente
do Partido dos Trabalhadores;

Excelentíssimo senhor José
Fritsch, deputado federal, ex-ministro da
Aquicultura e Pesca e ex-prefeito de
Chapecó;

Excelentíssimas autoridades,
senhores deputados, senhoras e senhores,
demais entidades filantrópicas que congre-
gam a Associação de Entidades
Filantrópicas do Estado de Santa Catarina ,
a presente sessão foi convocada por solici-
tação deste deputado, com aprovação dos
demais parlamentares, em homenagem à
Associação de Entidades Filantrópicas do
Estado de Santa Catarina.

Neste momento convido a todos
para, de pé, ouvirmos a execução do Hino
Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaria também de nominar as
seguintes autoridades presentes neste
evento:

Excelentíssimo sr. Vanderlei
Cunha, vereador do município de Imaruê e
presidente da Apae;

Senhor Wagner Barbosa de
Medeiros, presidente da Instituição
Filantrópica Espírita Casa de Carítas;

Senhora Irmã Enedina Sacheti, ex-
diretora do hospital de Tubarão, presidente
da Sociedade Divina Providência;

Senhor Sandro Luiz de Oliveira,
diretor do Sindicato dos Comerciantes de
São José;

Quero agradecer a presença da
minha tia Elizabete Vandresen, que também
é da Divina Providência;

Senhor Bernardus Hendricus
Kraijnbrink, neste ato representando a ONG
Saúde Criança;

Senhora Márcia Rita, diretora do
Lar Recanto do Carinho;

Quero dizer que no decorrer desta
sessão iremos lembrar todas as entidades
filantrópicas que fazem parte da associação.
Assim teremos a oportunidade de, em
tempo, nominá-las, e desde já agradecer a
presença de cada um e de cada uma de
você.

Neste momento gostaria, mais uma vez, de agradecer à Assembleia Legislativa, através dos 40 deputados, por ter aprovado esta sessão especial em homenagem à Associação de Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina.

Antes de prosseguir com os objetivos desta homenagem especial, teremos a apresentação de um vídeo institucional que relata um pouco do trabalho desses 22 anos de serviço que a Assef tem prestado à comunidade catarinense.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Neste momento, como autor do requerimento proponente desta sessão especial, faço uso da palavra, procurando ser bastante breve. Novamente cumprimento a Assef, agradeço a presença do Luiz Carlos, de cada um e de cada uma de vocês que neste momento representam algumas entidades entre tantas, pois como vimos no vídeo, segundo o nosso presidente são em torno de 383 entidades vinculadas à Associação de Entidades Filantrópicas de Santa Catarina que prestam um serviço humano e humanizante.

Por essa razão esta Casa faz esta homenagem, primeiramente para nos solidarizar e parabenizar cada entidade, cada um e cada uma em particular, por esse importante trabalho que muitas vezes é realizado pela ausência, pela falta de sensibilidade do poder público, ou por falta de políticas de estado para assegurar a cidadania, o direito e o bem estar de cada cidadão, e de cada cidadã deste estado.

Então, seguramente, vocês são merecedores desta simples, desta singela homenagem que esta Casa presta no dia de hoje, dia em que celebramos e comemoramos do Dia do Servidor Público. Certamente, este é um serviço de excelência que vocês prestam a nossa comunidade e ao estado de Santa Catarina.

Nosso segundo objetivo é procurar sensibilizar os nossos governos, os diferentes entes federativos, o nosso estado e cada município em particular para este importante trabalho. Muitas vezes os recursos aportados em cada comunidade, pelo setor público, pelo estado, ou município, para atendimento as pessoas, são insignificantes e às vezes compromete a qualidade do trabalho.

Neste sentido certamente esta sessão especial pode sensibilizar as autoridades que governam o estado e os nossos municípios, deputado Pedro Uczai, para que de fato possam olhar com maior carinho para esse trabalho importante e que cada entidade, coordenada por vocês possa receber, de fato, o valor que merece.

Por fim, e não menos importante, tenho percebido, em visitas a essas entidades, como elas sofrem, deputada Luci Choinacki. Quando são assinados os convênios, mas muitas vezes passam três, quatro, cinco ou seis meses, e o convênio não é honrado, principalmente quando há alternância do poder. E a dificuldade ainda se agrava, porque muitas vezes as nossas lideranças, os nossos representantes entendem essa como dívida do gestor passado, e não do poder público.

Por isso, esta simples homenagem quer destacar essas três questões

fundamentais, parabenizá-los, parabenizá-las e manifestar a nossa solidariedade, a nossa gratidão, o reconhecimento pelo importante trabalho que vocês prestam a nossa sociedade.

Cuidar de gente, cuidar de pessoas, cuidar das criaturas de Deus certamente é um trabalho que não tem preço e só Deus poderá retribuir essa sensibilidade e esse compromisso com o ser humano.

Mas, como dizia, esta sessão especial tem também como objetivo que as nossas autoridades possam ampliar esses convênios, dando condições satisfatórias e melhores condições para a prestação desse serviço. E que, ainda em tempo, possam sempre honrar esses compromissos para que não seja comprometida a qualidade do atendimento, que é feito com carinho, com afeto, e muito mais, porque às vezes há falta do alimento na mesa de crianças, jovens e adolescentes portadores de necessidades especiais, de dependentes químicos e de idosos, que doaram a sua vida para a construção da economia deste estado, o que muitas vezes a própria sociedade não reconhece. Muitas vezes nem nós, filhos, familiares, reconhecemos a importância do seu carinho, da sua presença, da sua doação e do amor que foi dado a cada um de nós.

Então, como deputado proponente, gostaria de parabenizá-los, mas diante das grandes dificuldades de cada um de nós, peço que cada uma dessas entidades não desanime, que olhem para frente, para o horizonte da esperança, porque conforme disse um escritor: a mente humana pode imaginar e também pode realizar.

Então, contem com o nosso apoio, com o nosso esforço, com a nossa mediação, com a nossa intervenção na elaboração de projetos para ampará-los com o aporte de recursos públicos para que vocês possam continuar fazendo esse importante, belo, humano e humanizante trabalho com as nossas crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Parabéns a cada um e a cada uma de vocês por esse importante trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento passo a palavra ao deputado Pedro Uczai, líder da nossa bancada, o PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Cirio Vandresen, quero cumprimentar v.exa, e não poderia deixar de comparecer a essa sessão especial, em nome da nossa bancada, em nome do Parlamento Catarinense, para também parabenizá-lo por trazer todos os amigos dessas diferentes entidades que constroem cidadania, que constroem dignidade humana.

Quero ser bem breve, até porque a festa é de vocês, o encontro é de vocês, a homenagem é para vocês, então direi somente algumas palavras.

Quero cumprimentar todas as lideranças que compõem essa mesa, sua representatividade, principalmente sua dimensão de importância e de prestígio e da própria serenidade que representam.

Quero dizer que o Padre Cirio Vandresen foi feliz no início da sua fala, do seu discurso ao se referir à ausência de

políticas públicas do estado. A própria presença de vocês já é uma denúncia dessa ausência de políticas públicas dos estados na história do Brasil, da ausência da Justiça, da dignidade e da cidadania a tantos brasileiros.

Gostaria de dizer que já avançamos muito e já conquistamos muito com a nossa luta, com a organização da sociedade civil. Tenho muita esperança neste Brasil, pois ele está mudando muito, está gerando novas oportunidades, está dando dignidade a muita gente, muito emprego, muita comida para tantos que não tinham o que comer, enfim, está dando terra e casa para aqueles que não tinham. Portanto, sou extremamente convicto e crente de que este Brasil está mudando, está transformando-se e conquistando dignidade para muita gente.

Mas gostaria de dizer que vocês são imprescindíveis porque ainda há muita discriminação, muito preconceito, muita desigualdade e muita injustiça neste país chamado Brasil. Vocês são imprescindíveis para organizar o próprio povo para lutar pelos seus direitos, para organizar determinadas pessoas que não têm força para se organizar e garantir os seus direitos, desde as crianças até os idosos.

Por isso, ainda temos muitos preconceitos, discriminação com os portadores de deficiências, com os negros, com as mulheres, com os pobres. Enfim, tudo isso se reproduz na sociedade por mais que o estado faça políticas públicas, mas o preconceito e a discriminação estão presentes na sociedade e vocês é que ajudam a salvar tantas vidas, tantas pessoas.

Tenho um exemplo pessoal, pois sou professor, sou educador. Em Laguna um senhor veio me dar um abraço e convidou-me para a formatura da sua filha, porque eu fui autor de uma lei do art. 170, das bolsas de estudo para que os jovens possam frequentar a universidade. E aquele servente de pedreiro, que ganha R\$ 650,00 por mês, está formando uma filha em arquitetura.

Há pouco tempo vivenciei a experiência no meu bairro, em Chapecó, quando uma menina da escola pública passou no vestibular para medicina, mas no outro dia, depois da festa, foi ver que a mensalidade era de dois mil e poucos reais por mês e a família ganhava um mil reais. Isso numa universidade comunitária. Quando ela buscou a bolsa de estudos do ProUni, do governo federal, veio o resultado que ela havia conseguido a bolsa para cinco anos e meio de 100%.

Então, é nesse Brasil que acredito! Num país no qual um operário que não teve direito de estudar, que não teve direito à universidade, agora está tendo o direito de sua filha ser uma doutora, como disse a mãe da menina.

Por isso, filhos dessa pátria, todos têm direito à cidadania, à igualdade, a viver bem, a ter um país com justiça e com igualdade.

Um abraço deputado Padre Cirio Vandresen! Sempre o chamo de padre, não tem jeito, ele deixou de ser padre, mas continuamos chamando-o de padre Cirio, pois é uma forma de carinho com que todos os seus amigos e as entidades o acolhem.

Parabéns por esta homenagem justa e merecida! Podem ter certeza de que

esse é um presente, mas continuem na luta para fazer mais homens e mulheres felizes aqui nesse estado pelo trabalho, pela dedicação, porque para mim filantropia para as comunidades, associações e entidades filantrópicas é sinônimo de solidariedade, é sinônimo de compaixão pelas pessoas - e as irmãs aqui sabem o que estou falando - pois a palavra compaixão, tecnologicamente falando, é sinal de esperança e de um mundo melhor.

A festa é de vocês! Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Obrigado, deputado Pedro Uczai, por essas palavras.

Convido para fazer uso da palavra o padre Wilson Groh, presidente do Centro Cultural Escrava Anastásia.

O PADRE VILSON GROH - Boa-noite a todos e a todas aqui presentes. Quero cumprimentar o deputado padre Círio Vandresen pela dimensão da sessão e cada entidade aqui presente que, sem dúvida alguma, pois deu para ver pelo vídeo, se esmeram para construir e gerar oportunidade.

Nós, que vivemos na base dessa realidade, no dia-a-dia, sabemos o que significa uma oportunidade para uma criança, para um adolescente, para um desempregado, para uma mãe de família, em termos de perspectiva. Mas eu acredito que nós, continuando a reflexão, como entidades não governamentais, e entidades que atendem uma demanda enorme, precisamos dar um passo além. E qual é esse passo além? É construir uma esfera pública, não estatal, gerando mecanismos de controle social, redimensionando o papel do estado, fazendo com que as nossas organizações, no dia-a-dia, possam também criar ponte, gerando políticas públicas que possam ser orçamentadas.

E com relação a elas serem orçamentadas no poder local, no poder do estado, no poder federal, eu vejo que temos muito discursos, a partir desta Casa, e pouco empenho para se fazer acontecer uma legislação que orçamente os processos em cima do que fizemos. Nós não podemos é fazer o papel do estado!

Tudo aquilo que a gente viu aqui, na verdade, seria papel do estado. Entendo que a sociedade civil tem um papel que não pode ser retirado do estado. Nós temos é que forçar o estado a exercer a sua função social, a redimensioná-la, senão acabaremos com os minguados dinheirinhos que temos. E qual o processo da filantropia por aí afora? É cumprir um papel que não é o nosso, ou seja, redimensionar o papel do estado.

Eu acredito que é importante, fundamental e louvável a sessão, mas nós não podemos ficar nisso. Se ficarmos somente nesta bela homenagem, com um belo banquetezinho, com um coquetel no final e voltarmos para casa, para a dureza do dia-a-dia, teremos depois que dar conta de tudo.

Eu digo isso em função de todos os projetos e trabalhos que temos na prática, do cotidiano, da vida no dia-a-dia. Eu entendo que as entidades têm de ter um

caráter de maior competência, de maior cobrança, de maior proposição e de maior oportunidade de articulação para reivindicar e refazer a função social do estado. E aí eu pergunto: a partir desta sessão, o que nós podemos propor em termos de perspectiva de políticas públicas que se tornem políticas orçamentadas?

Eu digo isso em função do Consórcio Social da Juventude. Nós não conseguimos gerar, em nível federal, uma lei que assegurasse os consórcios. Nós trabalhamos com 3.200 jovens, 1.700 estão empregados, outros estão em fase de cooperativas, mas estamos agora um ano sem consórcio. Por quê? Porque acabou o consórcio, porque não se conseguiu orçar esse processo.

Então, temos de pensar a mesma coisa em relação à juventude, hoje, que se desmobiliza do narcotráfico. Como levar para frente um projeto em que socialmente vamos começar a pensar no processo de políticas públicas?

Eu deixo esse brado no sentido de que a gente comece a se articular, pensar e politizar não na linha da política partidária, mas na política do bem comum e na relação da articulação, para ir além do orçamentar e tornar uma política de estado.

Eu entendo que se não criarmos mecanismos de controle social em cima dessas questões, nós poderemos voltar daqui a quatro, cinco, seis anos e um deputado, com bela boa vontade, fazer de novo as homenagens.

Eu penso que são importantes as homenagens, porque elas trazem um reconhecimento do ponto de vista desta Casa, mas é importante também que os próprios deputados pensem numa perspectiva além das homenagens.

Então, eu desafiaria os deputados nessa linha, e desafio nós, como entidades não governamentais, a não ficarmos no puro caráter filantrópico da assistência, pois podemos cair no assistencialismo, por maior bem que façamos nesse processo todo: que nós nos articulemos para começarmos a redimensionar o orçamento do poder local, para começarmos a redimensionar o papel da Câmara localmente. Que nós redimensionemos os fundos na dimensão do estado e no processo da Federação. E eu não vejo outro caminho senão gerar os mecanismos de controle social.

Nós estamos nos empenhando para fazer isso, no dia-a-dia, e entendo que poderíamos pensar junto com a associação nesse sentido de darmos um passo adiante em relação à beleza do que vimos aqui, porque soubemos na prática o que é comer, o que é uma criança ter para comer; o que é uma criança ter diante dela uma pequena oportunidade e o que é uma criança vislumbrar lá na frente uma perspectiva de ensino médio, de inserção no mercado de trabalho, de entrar na universidade e de poder apropriar-se desse protagonismo que falamos tanto. E ele nasce de duas palavras: uma, que é a questão da palavra *proto*, ou seja, fundamental, primordial, e a outra é *agonia*, que *agoniza*, mas que se apropria dessa realidade, tornando-a sujeito do seu próprio ser em termos de empoderamento para caminhar e decidir as questões.

Então nós, entidades, temos que dar um passo além. E os deputados que aqui estão coligados ou parceiros nessa relação de pensar políticas orçamentais possam torná-las realmente políticas de estado, a fim de mudarmos essa realidade dentro de um ponto de vista mais importante, porque nós podemos fazer belos trabalhos num país de desiguais, que depois acabam morrendo pelo meio do caminho.

Eu sempre digo nas nossas organizações que não podemos deixar que uma criança, depois de ela já estar crescida, estar bem, caia nas mãos do narcotráfico e da violência nas periferias.

Portanto, como gerar condições para a criação de projetos nesse sentido, que depois possamos levar para frente?

Eu termino dizendo que é louvável a iniciativa do deputado Padre Círio Vandresen, mas gostaria que fôssemos além dessa iniciativa em termos de pensar, porque hoje as organizações não governamentais no nosso estado têm um papel preponderante e no nosso país têm um papel fundamental, mas elas têm que ir além do que estão fazendo. Não podem fazer o papel do estado nesse sentido, mas têm de buscar o estado como aliado. E há três grandes atores, hoje, dentro desse processo de redimensionar, que é o estado, a sociedade civil organizada e dentro dela o mundo empresarial na importância de recuperar a responsabilidade e a reprodução social dessa riqueza, gerando oportunidade de trabalho. Porque o que dignifica uma família é a possibilidade de ter um salário com dignidade, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e comer com dignidade.

Então, nós devemos fazer um esforço articulado, sem dúvida, para ir além desse processo.

Por isso muito obrigado, me disponho a estar junto na queima desse fogo, mas queria jogar um pouco a coisa adiante, para não pararmos por aqui.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, padre Wilson Groh.

Eu quero dizer que esta Casa acolhe a sua proposição, que também é o meu sentimento, porque não basta ficarmos dependentes de convênios; precisamos de fato garantir políticas de estado e de direito para cada cidadã e cidadão.

Dando seqüência à sessão, quero convidar, neste momento, o jornalista Valter Souza, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIA (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite.

Eu gostaria de registrar ainda a presença das seguintes autoridades:

Senhor Rafaeli Saibro, representando a União Catarinense dos Estudantes - UCE;

Senhor Bernardus Hendricus Kraijrbrink, representando a ONG Saúde, Criança Recontar;

Senhora Márcia Rila, diretora do Lar Recanto do Carinho;

Irmã Enedina Sacheti, presidente da Sociedade Divina Providência;

Senhor Wagner Barbosa de Medeiros, presidente da Instituição Filantrópica Espírita Casa de Carítas;

Irmã Neves, representando a Sociedade João Paulo II, de Palhoça;

Senhor Vanderlei Cunha, vereador do município de Imaruí e presidente da Apae local;

Senhora Elizabete de Andrade, representando a Associação Amigos Down;

Senhor Sandro Luiz de Oliveira, diretor do Sindicato dos Comerciantes de São José;

Senhor Alaor Stofler, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social;

Senhora Vanda Pinedo, representando o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina;

Senhora Claudinéia Fraga, representando o Conselho Comunitário Santos Dumont;

Senhora Olga Maria Reis, presidente do Conselho Municipal do Idoso de São José;

Senhora Sila Bastian Costa, representando a Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, no Campeche;

Senhora Albertina Marques Rover, presidente da Apae de Alfredo Wagner;

Senhor Luiz Henrique Hessmann, presidente do Grupo Catarinense Pró-Hansenianos de São Pedro de Alcântara;

Senhor José Vitorino Miranda, presidente da Sociedade Beneficente de Amparo aos Idosos do município de Biguaçu;

Senhora Tatiana Karen de Oliveira, representando o Instituto Bem Viver;

Senhora Doraci Vasconcelos, presidente da Associação das Mulheres de Forquilha;

Senhora Eva Geni dos Santos, presidente da Associação de Pais e Amigos do Loteamento de São José;

Senhora Solange Tadeu Difaggi da Silva, diretora da Associação Gente Amiga;

Senhor Wilson Schmidt, representando a Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina.

Estou de posse de um fax vindo de Brasília, da senadora Ideli Salvatti, que foi convidada para participar desta sessão especial. Através desse fax ela explica que devido a compromissos imperiosos também nesta noite não pôde comparecer a esta sessão.

Convido o sr. deputado Círio Vandresen para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina, à Associação de Entidades Filantrópicas do nosso estado, pelo valoroso trabalho que realiza ao longo dos seus 22 anos, no amparo e na assistência social à criança, ao adolescente e ao idoso, em vista do desenvolvimento humano e total integração social.

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Carlos Barcelos, em nome da Associação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Luiz

Lorenzetti, coordenador do Fórum de Entidades Urbanas da Grande Florianópolis.

O SR. LUIZ LORENZETTI - Boa-noite a todos. Cumprimento, em especial, o deputado Círio Vandresen pela iniciativa de parabenizar todas as instituições filantrópicas desta noite.

Eu gostaria, como representante da Associação do Fórum das Entidades Urbanas da Grande Florianópolis, que congrega quatro municípios - Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça -, e congrega, hoje, 89 instituições vinculadas ao PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, de falar um pouco a respeito desse fórum que contribui sobremaneira para amenizar as instituições com alimentos orgânicos de qualidade da região de Santa Rosa de Lima.

Vou explicar como iniciou esse fórum. Em 2006, por iniciativa do padre Círio Vandresen, ele nos convidou, através da nossa instituição, que é a ONG Travessia Serviço de Ação Solidária e Cidadã, para uma doação de 10 mil latas de óleo para 42 instituições da Grande Florianópolis. Com essa ideia surgiu, então, um pequeno grupo de voluntários formado por nove instituições.

Primeiramente, a instituição a qual pertencemos, que é o Serviço de Ação Solidária e Cidadã, ONG Travessia, com sede no Pedregal, que congrega três telecentros de informática básica e um curso de montagem e manutenção de computadores no Jardim Solemar e congrega a Orionópolis catarinense, na pessoa da presidente Eliana Marques, e da secretária do Fórum, hoje, Siomara Aniceto.

Gostaria também de lembrar que nós temos mais sete instituições: a Ação Social São Judas Tadeu, na pessoa do Geraldo Coelho, o Lar de Idosos de Biguaçu; a Instituição Shangrilá, de Palhoça, do pastor Ademar; o Sesc Mesa Brasil, que faz parte do Fórum, e a Ação Social de Campinas, na pessoa do Edson Parison.

Não sei se esqueci de alguma, mas tudo começou com essas oito instituições de voluntários que se propuseram a fazer um intercâmbio entre o rural e o urbano.

O que nós propusemos? Fazer esse intercâmbio, essa integração, fazer com que os agricultores que estão do outro lado possam ter garantido o seu emprego, porque o governo federal com essa iniciativa, desde 2006 até esta data tem pago R\$ 3,5 mil para cada agricultor - agora está passando para R\$ 4,5 mil. Ele recebe esse valor, e a sua produção vai diretamente para as instituições, mas é uma compra antecipada do governo federal.

É uma ação estruturante de combate à pobreza, de qualidade alimentar e de melhoria da renda do homem do campo. E hoje 50% de toda a renda dos agricultores vem desse programa do governo, que é o programa de alimentação, de aquisição de alimentos.

Nós, como membro do Fórum fizemos várias visitas. A primeira foi em setembro de 2006 na região de Santa Rosa de Lima, onde conhecemos os agricultores, as cooperativas; em novembro de 2007 fizemos uma nova visita; em junho de 2009 fizemos a terceira, quando foram levadas para lá 42 instituições, para conhecer de

onde vem o produto, como é fabricado, como é feito junto com o agricultor. Isso é muito importante para as instituições saberem a origem do alimento.

Nós também como membro do Fórum fazemos a doação. Solicitamos a Brasília e conseguimos, com a parceria da Conab, através do sr. Cione Lauro de Souza, uma doação de 287 sacas de feijão e 23.700 litros de leite, que redistribuímos para todas as instituições vinculadas ao Fórum.

O Fórum também participou da audiência pública de Anitápolis, da indústria Fosfateira, que nós achamos da maior importância, porque é um risco muito grande para o meio ambiente. Inclusive a conclusão da Dra. Sônia Corina Hess, diz o seguinte: "A operação resultará em sérios riscos à saúde humana e aos ecossistemas de toda a região de influência direta e indireta do empreendimento".

Então, estamos também contra a instalação da indústria de fosfatos na região de Anitápolis, que pode afetar todo o manancial de rios da Mata Atlântica, afetando inclusive a produção orgânica da região e consequentemente também aqui das nossas instituições.

Por fim, apoiamos a iniciativa do deputado Círio Vandresen que coloca o seguinte: houve a aprovação de uma medida provisória que determina que 30% da merenda enviada para as escolas públicas municipais e estaduais deverão vir da agricultura familiar. Até temos um projeto tramitando aqui na Casa, por iniciativa do deputado Círio Vandresen, destinando 10% para o ano em 2010, 10% em 2011 e os outros 10% em 2012, para a implantação definitiva em nosso estado.

O nosso objetivo é unir o Fórum das Entidades Urbanas da Grande Florianópolis com a Acafe, através do Luiz Carlos Barcelos, que é o nosso presidente, para fortalecer ainda mais não só a região da Grande Florianópolis, para que possamos atingir o estado todo.

Então, para vocês terem uma idéia do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, ele começou em 2006, com R\$ 82 mil, privilegiando 37 agricultores e três entidades filantrópicas; em 2007, passou para R\$ 950 mil, beneficiando 151 agricultores e 42 instituições. Em 2008, ano passado, passou para R\$ 839 mil, beneficiando 241 agricultores e 61 instituições. E neste ano, estamos garantindo R\$ 1.5 mil, através de parceria com a Conab, com o esforço do Cione Lauro de Souza, presidente da Conab, da senadora Ideli Salvatti e do deputado Círio Vandresen, beneficiando 370 agricultores, com 89 instituições beneficiadas.

Então, nesse sentido, queremos fortalecer ainda mais não só o Fórum como também a Assef, no sentido de que não haja uma ausência do Poder Público, em especial do estado, com relação aos convênios, para honrar os convênios, a durabilidade e para que todo esse recurso, que é nosso, possa vir em benefício, porque a sociedade civil está fazendo um trabalho que é do Poder Público. Então, é da maior importância que possamos receber esse recurso, que deveria ser um recurso normal para as nossas instituições.

Finalizando, eu gostaria de dizer que a PEC n. 047/2003 que está tramitando na Câmara - a votação seria ontem, não sei se foi aprovada -, onde está há seis anos, e inclui a alimentação como direito social na Constituição. Ela já foi aprovada no Senado e é de autoria do deputado Antonio Carlos Valadares.

Nós queremos dizer o seguinte: diz um autor russo que para nós pintarmos a humanidade, o universo, nós temos primeiro que pintar a nossa aldeia. E isso quer dizer que temos que pintar primeiro a nossa comunidade, temos que cuidar da nossa comunidade, das nossas crianças, dos nossos jovens, para que possamos chegar a um lugar melhor e também ter uma vida melhor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CÍRIO

VANDRESEN - Muito obrigado, Luiz Lorenzetti, presidente do Fórum das Entidades Urbanas da Grande Florianópolis.

Agora, passo imediatamente a palavra ao professor Vilson Schmidt, ex-coordenador da Acreco, Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, atualmente diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Eu só pediria ao professor Vilson Schmidt a compreensão, com objetividade, para não abusarmos da paciência das nossas entidades, então, que não demore na explanação.

O PROFESSOR VILSON SCHIMIDT - Só preciso do tempo para agradecer a oportunidade de estar junto, em nome da Universidade Federal de Santa Catarina e do Centro de Ciências de Educação, numa sessão que aponta a proposta de uma política pública. E eu diria que é um privilégio hoje construirmos isso junto, porque a qualidade disso aqui está nas pessoas que participam desta plenária, dessa mesa e que geram confiança.

Quando entidades querem romper com o simples assistencialismo e vem aqui um representante do fórum dizer que em 2006 foram R\$ 82 mil e que agora, em 2009, chega a R\$ 1.5, isso é um avanço significativo para obrigar o estado a fazer o que é o seu papel, como dizia o padre Vilson.

Realmente têm que ser dado os passos, tem a sociedade que se organizar no sentido de cobrar que o estado faça o seu papel.

Eu aprendi muito nesse caminho de ida ao campo, da cidade para o campo e do campo para a cidade junto com vocês, para construir uma política pública. Precisamos da territorialidade, eis que entidades que não se conheciam agora se conhecem. As entidades do campo não conheciam as do espaço rural, mas hoje conhecem, e as entidades rurais hoje conhecem as do campo e vendem os seus produtos.

Então, o próximo passo é o projeto de lei do deputado Círio Vandresen, que torna o objetivo proclamado de comprar o alimento em uma realidade. E quiçá possamos servir, no futuro, além das entidades que precisam da alimentação regular,

eis que é essencial a alimentação, a merenda escolar em todas as nossas escolas, desenvolvendo o nosso território no campo e na cidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CÍRIO

VANDRESEN - Agradeço ao professor Vilson Schmidt, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com a palavra o superintendente da Conab, Companhia Nacional de Abastecimento, sr. Sione Lauro de Souza, para falar da importância dos programas, como o PA, que atendem a muitas entidades dessas. O objetivo da palavra do sr. Nivaldo de Souza é que a todas essas entidades que têm necessidades possamos estender esses benefícios.

O SR. SUPERINTENDENTE DA CONAB (Sione Lauro de Souza) - Boa noite a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar o deputado Círio Vandresen por esta iniciativa brilhante e registrar que entre todas as ocasiões em que aqui estive para outras homenagens, esta, de fato, foi a melhor idéia, porque compreende um conjunto de entidades onde existe um voluntariado muito forte e você se atém no dia a dia pelo vídeo, e nos foi propiciado acompanhar as piores condições de trabalho possíveis.

Então, vocês são não só no hábito, porque vejo aqui algumas religiosas por fora, mas todas certamente têm o hábito de serem bondosas, praticam filantropia 24 horas por dia. E nessa angústia a Conab, a Companhia Nacional de Abastecimento, tem-se associado ao programa de aquisição de alimentos e com a política e a prática da segurança alimentar no estado.

Quero homenagear o Luiz Carlos, da Assef, e naturalmente estendo os meus cumprimentos a cada um de vocês que estão neste trabalho importante, filantrópico. Quanto aos demais membros da mesa, sintam-se todos igualmente honrados.

Quero dizer rapidamente que a Conab iniciou em 2003, com o governo do presidente Lula, o programa de aquisição de alimentos, como uma iniciativa piloto, deputado Círio Vandresen.

O deputado Pedro Uczai precisou se afastar um pouco antes, porque tem uma reunião na sua própria casa, ele teve que sair correndo, porque é o anfitrião e não estava em casa.

Na prefeitura de Chapecó foi lançado um projeto piloto de compra direta da agricultura familiar, um ato que foi realizado em 2003. Na época o José Fritsch estava em Chapecó assinando, e pudemos também assinar como testemunha.

A partir dali os investimentos do programa de aquisição de alimentos têm dobrado a cada ano, perfazendo até hoje R\$ 70 milhões, aplicados em alimentos, que não vêm para a Conab, são para hortifrutigranjeiros que contemplam a sociobiodiversidade.

Esses alimentos são doados. E os locais de doação não é a Conab que indica, são as cooperativas, as associações proponentes, que dizem se os alimentos vão para esta ou aquela entidade. Claro que tem

o aval dos conselhos de segurança alimentar e nutricional ou de outros organismos que venham substituir esse controle social necessário para as ações. É importante, porque a partir do PA de 2003 observou-se o quê? Uma relação nova onde as organizações do campo começaram a discutir com as entidades urbanas, que vocês muito bem representam, qual era a merenda melhor para cada entidade, creche, asilo, Apae. Enfim, isso é uma coisa a se comemorar, os avanços são vários.

Já foi mencionado aqui que o programa começou em 2003, com o patrocínio do BNDES, do ministro Patrus Ananias. A partir de 2004 também vieram recursos do MDA. E agora por último, a partir deste ano, com a Lei n. 11.947, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, temos também o PA do Fundo da Educação.

Gente, isso significa dizer que a agricultura familiar deste estado, do Brasil, nunca foi tão grandemente desafiada a realizar o seu trabalho, que é produzir alimentos com valor agregado gerando emprego no campo e assegurando a condição objetiva do governo federal realizar a segurança alimentar em toda a sua dimensão. Comer, sim, mas alimentos de altíssima qualidade. Aí você contempla essa dimensão.

Não vou me alongar pelo adiantado da hora, porque nos encontramos em outros eventos também, com bastante regularidade, pelo menos parte de vocês.

Quero deixar aqui meu carinho, os meus cumprimentos em nome da minha equipe de trabalho porque, Luiz Lorenzetti, o trabalho que você fez iniciando o fórum de entidades da Grande Florianópolis precisa, sim, que seja dado um primeiro passo na direção certa. E quando você tem uma boa idéia outras pessoas se envolvem no processo.

Muito obrigado, boa noite!

Deputado Círio Vandresen parabéns pela iniciativa necessária e importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado ao nosso superintendente da Conab.

Eu gostaria de registrar a presença importante de Rafael Coelho, da Infraero e líder comunitário importante de Navegantes.

Obrigado, Rafael Coelho.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Luiz Carlos Barcelos em nome da Associação das Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina.

Eu peço desculpas ao ministro e à deputada Luci, que será a última falação, para que não abusemos da bondade dessas pessoas preciosas que aqui estão. Desculpe-me, mas a presença de vocês na mesa certamente engrandece esse evento.

Com a palavra o nosso presidente da Assef.

O SR. LUIZ CARLOS BARCELOS - Primeiramente, boa-noite. Vou pedir permissão àqueles que me conhecem, que sabem que se eu falar não paro mais.

Então, tomei a liberdade de escrever um discurso e vou fazer a leitura dele.

(Passa a ler.)

"Primeiramente, quero cumprimentar toda a mesa e o deputado Círio

Vandresen pela iniciativa. Sentimo-nos muito lisonjeados pela lembrança. O nosso papel aqui na verdade não é só a Assef, que está sendo homenageada, mas sim todas as entidades filantrópicas do nosso estado. E isso aumenta em muito a responsabilidade da Associação neste momento, principalmente a minha.

Quero cumprimentar todos os senhores que vieram prestigiar este momento de reconhecimento, o que nos emociona muito, mas que também responsabiliza-nos ainda mais nessa que é a nossa maior função.

E foi a motivação para que há 22 anos exatos um grupo de pessoas abnegadas, motivadas pela defesa dos direitos de cidadãos, e com vulnerabilidade social, crianças, adolescentes, idosos e famílias em geral... E naquele tempo nem se falava de fóruns, não se falava de conselhos. Mas esse grupo de pessoas, sentindo a necessidade de união para defender, gritar, falar, ter voz, ter direito e aparecer, uniu-se e criou a Assef - Associação das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina.

Eu cito aqui alguns nomes, e nem todos estão presentes, que naquela época fizeram parte desse grupo de pessoas: o Artur Feijó, o Duduco, a nossa querida dona Júlia, então presidente da Serte, e outros. Nós nos unimos para criar a Assef.

A Assef, a partir de então, com o aval de outras entidades, começou a representá-las em todos os espaços onde pôde estar presente, falando sempre, independente que a entidade estivesse ou não associada, em nome das entidades filantrópicas de Santa Catarina, fazendo a sua defesa.

Nesse sentido, nós participamos, e ainda estamos participando, de fóruns, como o Conselho Estadual de Assistência Social, do qual eu participo, e do qual já tive o prazer já de ser presidente. Temos também representantes no Conselho do Idoso - e a dona Olga está aqui presente; estaremos retornando ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; somos organizadores do Fórum das Entidades da Sociedade Civil do Estado de Santa Catarina, e outros mais. Onde pudermos estar falando em defesa das entidades filantrópicas do estado, nós estaremos! A nossa voz é levantada em nome de todos.

Nós gostaríamos de estar presente em cada canto, em cada município deste nosso estado, conversando, levando ideias, escutando os clamores das entidades, mas não é possível. A seara é grande e são poucos os ceifeiros. Infelizmente nós ainda não conseguimos agigantar-nos, mas isso, como o próprio Luiz disse, vai acontecer. Com a união do fórum, com a Assef e com o apoio do deputado Círio Vandresen, nós estaremos, se Deus quiser, num tempo mais curto possível, presente e escutando todos e trazendo para os fóruns que estivermos participando, as suas aflições e os seus pedidos.

Neste momento, como não podemos deixar de passar a oportunidade, gostaríamos de conclamar todos os governantes municipais, os vereadores, os nossos deputados estaduais e, principalmente, o nosso chefe maior, o governador do

Estado de Santa Catarina, para que levem a sério o que diz a nossa Constituição Cidadã de 88 no seu art. 204, e todas as cartas que regulamentaram como direito do cidadão a assistência social, quando dela necessitarem.

Hoje assistência social não é mais filantropia, não é assistencialismo; é um direito do cidadão. Nós hoje deixamos de ser meros filantropos, meros doadores e passamos a ser executores de uma política de assistência social. Nós levamos o direito ao cidadão. E nós, da Assef, queremos que esses governantes levem essa política a sério, como uma política de estado e não uma política de governo.

Hoje foi falado aqui da criação de novas políticas, e isso é muito importante. Tornar o PPA uma política de estado é superimportante, mas hoje a Assef quer trazer neste espaço a preocupação pela formalização da política de assistência social em todos os municípios, que os governantes e os vereadores desses municípios apoderem-se do que prevê essa política, do que prevê a LOA. Nós não precisamos mais de lei para tornar isso realidade. Nós precisamos de ação, de conhecimento, e que os nossos representantes conheçam essa lei e façam com que ela realmente aconteça. Aí nós, como parceiros do governo e não mais como tapa-furos - e desculpem eu usar essa expressão, mas, na verdade, é isso que nós fazemos, nós estamos presentes onde o governo não se apresenta -, vamos ser co-autores de uma política.

E para isso precisa de financiamento. Os governos, em geral, precisam ter a consciência de que aplicar na assistência social como política é um investimento e não um gasto. Respeitem os fundos municipais, os fundos estaduais. Eles não são meros caixas, não! Eles são formas de fomentar a política de assistência social, de dar o direito ao cidadão de ser cidadão, de dar o direito ao cidadão de ter cidadania, de poder comer, de poder trabalhar, de poder morar, de poder criar e dar educação aos seus filhos. Esses fundos existem para isso, e não para eles colocarem um trocadinho lá de vez em quando. Eles existem para realmente encherem esses fundos com dinheiro voltado para essa política que é tão maravilhosa, e ainda, infelizmente, só no papel.

Então, é este desafio que eu trago hoje como presidente da Assef: que os nossos governantes e legisladores municipais, que o nosso governador, que os nossos legisladores estaduais e federais apoderem-se dessa política.

E há um desafio maior ainda. Assim como na Saúde, assim como na Educação, existe um percentual obrigatório de aplicação do Orçamento dos municípios, dos estados e do governo federal para essas políticas. Tornem obrigatório também um percentual do Orçamento desses entes para aplicação no desenvolvimento da política de assistência social.

Com certeza, e falo com uma convicção muito grande, se isso for feito, se a política de assistência social for levada a sério, a médio e longo prazos, e alguma coisa até em curto prazo, vamos ter resultados maravilhosos: diminuição da criminalidade, diminuição da população de

rua, porque nós, dirigentes e coordenadores de entidades filantrópicas, conhecemos as dificuldades que existem no nosso estado, na nossa casa, no nosso município, no nosso terreno.

Então, é este o desafio que eu trago, deputado: fazer com que a política de assistência social tenha garantido, por lei, um percentual mínimo, que eu jogo aqui muito humildemente para começarmos, de 5%. Eu acho que aí já se vai conseguir avançar, e muito.

E mais uma coisa para terminar: vamos acabar com os falsos fundos, esses que se chamam fundo para ações sociais, mas que na verdade sabemos que são utilizados ainda para práticas clientelistas. Esses fundos têm que acabar! Nós precisamos prestigiar os fundos que a Constituição Federal e as legislações reguladoras criaram, que são os fundos especiais: o Fundo da Criança e do Adolescente, o Fundo da Assistência Social e outros que estão criados para fomentar essas políticas.

Hoje, o Feas - Fundo Estadual de Assistência Social - é fomentado pelo Fundo Social. E parece uma coisa até quase que cômica um fundo especial sendo fomentado por outro fundo, quando, na verdade, esses fundos foram criados já com prerrogativas de arrecadações próprias para dar continuidade aos atendimentos, aos programas, aos projetos, e não ficar na sazonalidade de ter ou não recursos para esse tipo de aplicação.

Então, eu deixo aqui a minha mensagem para que se comece a refletir sobre isso e, se Deus quiser, caia na cabeça das pessoas responsáveis, ou com poder, para mudar isso. Que isso realmente mude.

E gostaria de deixar uma mensagem para nós, entidades filantrópicas: um pastor amigo meu e outro amigo meu que está aqui presente sempre disseram para mim o seguinte: nós somos anjos com uma asa só. Cada um de nós é anjo com uma asa só. Para nós voarmos precisamos andar abraçados, porque sozinhos nós não voamos.

Então, vamos nos abraçar para que consigamos realmente alçar grandes vôos!

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, Luís Carlos Barcelos, presidente da Assef - Associação das Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina.

Gostaria de agradecer à Assef, lógico, a cada entidade aqui presente, e aos componentes da mesa.

Quebrando um pouco o protocolo de uma sessão especial, eu gostaria de propor, de fato, esse encaminhamento para, se o Luiz Lorenzetti e o Luís Carlos permitirem, na próxima reunião nossa do fórum propormos de fato o que o padre Wilson Groh, na sua fala, refletiu do ponto de vista de encaminhamento.

Como bem concluiu o nosso presidente da Assef: como anjos de uma asa só, precisamos cada vez caminhar mais abraçados. E para nós nos abraçarmos, é preciso nos encontrarmos para dar o

encaminhamento. Eu creio, padre Vilson Groh, que é possível, a partir da próxima reunião, darmos efetivamente esses encaminhamentos. E, mais do que uma sessão especial de homenagem, passará a ser, então, uma sessão de proposição, uma sessão de organização, uma sessão de mobilização em que não vamos só esperar o futuro, mas construir o próprio futuro.

Como canta Geraldo Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Então, a minha gratidão e o meu

carinho. Eu sei que é muito pouco o que esta Casa pode fazer, mas creio que é preciso a manifestação da nossa gratidão por tudo aquilo que vocês fazem para cada um e cada uma, principalmente pela ausência do poder público: a atuação solidária e humanizadora dessas entidades.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento. E queremos convidá-los para um coquetel no *hall* deste Poder.

Convidamos todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Giancarlo Tomelin - José Natal - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra, com muita alegria e prazer, a presença, nesta Casa, dos alunos da Escola Municipal Alberto Volani, do município de Rio dos Cedros, juntamente com a professora responsável Karina Filippi.

É um prazer, é uma alegria tê-los aqui e quiçá muitos de vocês possam ser deputadas e deputados no futuro.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, meus cumprimentos especiais a essas crianças, a esses adolescentes, a esses jovens alunos que acompanham a sessão da Assembleia Legislativa, na manhã de hoje.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar um companheiro de longa data, o ex-deputado José Carlos Vieira, que assumiu a presidência do Fórum Parlamentar Catarinense, fórum esse que apresenta, que defende e analisa, todos os anos, entre tantas outras coisas, o Orçamento do Brasil, o Orçamento Nacional, relativo a Santa Catarina e os 16 deputados federais, bem como os três senadores.

Eu fui testemunha, durante dez anos como deputado federal, e sei do empenho de todos para conseguir carrear o máximo possível de recursos para Santa Catarina, para bem representar, dentro do Orçamento, o nosso estado, que é o quinto do Brasil na participação do bolo econômico.

Lamentavelmente, não há essa expressão na hora do Orçamento, mas os deputados, os senadores têm-se mostrado sempre muito insistentes, e somos somente 16 deputados e três senadores. Naturalmente que no meio de 513 deputados ou de 81 senadores o número 16 e o número três acabam sendo números percentualmente pequenos, mas nunca falharam com a sua eficiência.

Nossos cumprimentos, então, ao ex-deputado José Carlos Vieira, que assume esse papel tão importante.

Apesar de o Orçamento ser tão bem decidido pelos nossos parlamentares, na hora de executá-lo vem a grande dificuldade. Todos os anos, praticamente, não passam de 20 ou 25%, quando alcança 30%, aquelas emendas que os deputados apresentam. Muitas vezes os deputados lutam, relutam, insistem e defendem a sua teoria, depois de aprovado dão gritos de alegria, anunciam na televisão, no rádio, mas acaba não acontecendo aquilo que está escrito que seria lei, talvez uma das leis mais importantes, que é a distribuição do bolo tributário para a nação brasileira e para o estado de Santa Catarina.

Em segundo lugar, eu queria cumprimentar os grupos de idosos que estão espalhados em todos os municípios de Santa Catarina. Eu imagino que em cada município nós tenhamos de cinco a 50 grupos de idosos que funcionam muito bem. E são esses grupos de idosos, espalhados nas cidades, que praticamente entretêm, incluem e reincluem, diariamente, os idosos que acabariam ficando em casa sozinhos. Eles se incluem, digamos, com os amigos idosos, bem como se reincluem nos programas familiares, dentro da sua família que, aos poucos, vão vendo se esvaír.

Eu estive, na terça-feira à tarde, participando de uma reunião do Grupo de Idosos Maria Terezinha Silva, em Canelinha, por exemplo, que é um município relativamente pequeno, mas que tem 108 grupos de idosos. Praticamente todos os idosos do município estão em algum grupo que um dia por semana, ou seja, na terça, na quarta, na quinta ou na sexta, se reúne, faz um cafezinho, discute os problemas de casa, reparte alguma angústia, alguma dificuldade, mas também reparte sucessos que cada um tem na sua família.

Meus parabéns aos coordenadores dos grupos de idosos que, graças a esse trabalho tão bem feito no estado inteiro, estão bem reintegrados dentro da sociedade.

Ontem, eu estive em uma audiência com o secretário de estado da Educação, Paulo Bauer, e tenho dito sempre que se fosse uma empresa seria a maior empresa de Santa Catarina, uma empresa com 1.324 escolas, com mais de 30 mil professores, com mais de 800, 900 mil alunos. Praticamente 1/5 da sociedade catarinense está vinculada à educação, à secretaria e ao secretário Paulo Bauer. Ele, com o seu rigor, está sendo extremamente eficaz e eficiente no seu trabalho, mas foi feita uma crítica que eu gostaria de esclarecer.

Este ano, neste mês, estão sendo feitas as inscrições para o teste de seleção dos ACTs. Mais de 30 mil professores irão participar desse teste de seleção e aproximadamente 10, 15 mil serão classificados e contratados temporariamente, como diz o termo, para dar aula. Ocorre que todos os anos a seleção era feita por títulos, o professor levava lá a sua relação de cursos que tinha e isso era suficiente para deduzir uma classificação e chamar os melhores.

A partir deste ano, além do teste, além da conferência dos títulos, será feita uma prova teórica, e 60% do peso da prova será esse questionamento, para exigir e, principalmente, privilegiar os professores que já tinham qualificação, mas que procuram, no dia-a-dia, também se requalificar e estar atentos a todas as mudanças que ocorrem, repassando aos alunos essas modificações que o tempo exige, que o próprio aluno também exige e que o secretário da Educação precisa garantir, atendendo a uma exigência da sociedade, que é a do professor ter boa qualificação.

Então, esse teste de seleção não é para excluir e, sim, para valorizar, principalmente, os nossos professores que, graças a Deus, na grande maioria, são extremamente bem qualificados.

Apenas 60% são relativos ao peso do teste, os outros 40% continuam valendo para os títulos que ele possui e o tempo em que ele dá aula. É claro que se ele empatar na prova teórica com outro que dá aula há sete anos, esse que dá aula há 20 anos ficará na frente, e se estiver empatado nos títulos também. De forma que continua a valer os títulos que ele têm; o tempo de serviço continua valendo, assim como a sua experiência, mas também passa a valer, digamos, a sua qualificação, o seu conhecimento, a sua atualização dentro do curso em que está qualificado.

Uma diferença é que para os professoras da Apae, nos próximos dois anos, não vai valer esse teste. Até recebi inúmeras ligações de professoras da Apae, que estavam preocupadas com essa prova e, digamos, com a qualificação técnica onde a professora vai dar aula.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia e pela Rádio Alesc Digital, demais pessoas presentes neste Poder, na manhã de hoje, quero inicialmente falar na exposição Arte do Mosaico, que está sendo realizada aqui, no hall da Assembleia Legislativa.

Parabenizo os organizadores, os artistas e os servidores da Casa, deste Poder Legislativo, em nome da dona Magda, que tem trabalhado e que trabalha permanentemente para garantir que as decisões tomadas e encaminhadas pelos deputados possam ser colocadas em prática.

Como não agradei na noite de ontem, durante a abertura da exposição, quero fazer agora, a todos os servidores da Casa que trabalharam nisso, bem como aos servidores em geral, que sempre são a infraestrutura e o suporte material para garantir a realização das decisões deste Poder e de seus 40 deputados.

A exposição tem como organizadora Ludmila Martins, contemporânea deste deputado, da época de estudante, da década passada, na Universidade Federal. Ela é formada em Psicologia e trabalha também com artes, neste caso, com a arte no mosaico.

Quanto à greve da Saúde, infelizmente, continua. A imprensa, que sempre tem uma generosidade maior para repassar a versão do governo, vai cobrir naqueles hospitais onde a adesão é menor, para dar a impressão e construir a imagem de que a greve é fraca, mas isso não é verdade. O governo e a secretaria sabem disso.

O que está funcionando, a maioria do que está funcionando, é por decisão do próprio comando de greve, que se organiza justamente para atender àqueles casos de emergência, de urgência, para não deixar morrer alguém por falta de atendimento, conforme obrigação legal. Isso está sendo cumprido pelo próprio comando de greve, que tem tido essa postura.

Aí a secretaria informa que apenas 3% estão paralisados, deputado Silvío, parece que torcendo que o comando de greve vá lá e lacre todas as portas, para mostrar que tem greve. Torcendo pelo caos.

Senhores, no nosso movimento, em dezembro, disseram que apenas 2% estavam parados, só que já estão punindo cerca de 10%. O próprio comandante Eliezer disse que iria prender mil, e mil é mais do que 10% dos praças da Polícia Militar. Então, divulgaram que eram 2% que aderiram à greve, mas já disseram que puniriam 10%.

Essa é a lógica, aliás, é a lógica de toda greve, o governo começa dizendo que não existe, depois, quando a greve avança e inclusive radicaliza para que a imprensa veja que existe, e divulga que existe, aí o governo criminaliza. Esse tem sido o padrão desse segundo mandato do governo Luiz Henrique, lamentavelmente.

Como eu já falei aqui, é muito fácil resolver e superar essa greve, que não poderia

nem ter começado, se o governo melhorasse um pouquinho a proposta.

OS 16,76% é o índice da perda, mas deveria ser dado na forma de índice e não na forma de abono. O governo está dando um abono. Mas se esses 16,76% fossem dados na forma de incremento, de reajuste, de reposição, melhor dizendo, não teria acontecido a greve. Aliás, se definir uma data para incorporar, a categoria provavelmente fará uma assembleia e suspenderá a greve. Deveria também indicar uma data, colocar na mesa de negociação a questão da aposentadoria especial, da insalubridade, que está na pauta há três anos, embora esteja sendo anunciado pelo governo que não está na pauta. Aliás, não está, porque o governo não aceitou colocar.

É tão fácil resolver e superar essa greve! Existe boa vontade por parte do comando de greve, por parte dos servidores e por parte da diretoria do sindicato, mas tudo leva a crer, deputado Silvío Dreveck, que a vontade mesmo é que haja greve, que radicalize; a vontade mesmo é colocar a população contra o sindicato. E aí vai para os meios de comunicação, inclusive com matéria paga, dizer que a greve tem objetivo político e eleitoral.

Isso é irritante! E a própria população percebe, porque esse monte de político, no ano que vem, será candidato. Eles já estão em campanha, acusando a categoria e os servidores públicos de fazer política, ou seja, um monte de político acusando os outros.

Então, essa é a realidade, e essa greve pode ser resolvida com muita rapidez.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Vou conceder um aparte ao final, deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

Quanto ao escândalo de São José, deputado José Natal, o que é aquilo na nossa cidade? Os vereadores da ala governista, da ala do prefeito, mudaram o regimento para que o prefeito pudesse viajar até 15 dias para o exterior sem passar o cargo para o vice, sem pedir licença para a Câmara de Vereadores.

Estamos vendo o governador abrindo espaço para o vice, o prefeito da capital, que é irmão do prefeito de São José, abrindo espaço para o vice. Mas lá em São José, não, lá o vice não pode assumir nem que o prefeito vá para a China. O que tem de errado naquela prefeitura? Será que é porque ele quer privatizar ou fechar a universidade de São José, pegar o Colégio de Aplicação, que foi feito com recursos públicos, a maioria do governo federal, para fazer um palácio, que vão chamar de Centro Administrativo Municipal, mas que na verdade será um palácio?

São coisas absurdas na nossa cidade, que chegam a nos envergonhar. Mas o prefeito quer viajar até 15 dias para o exterior sem pedir licença para Câmara de Vereadores, sem passar o cargo para o vice.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Estou devendo um aparte ao deputado Elizeu Mattos e vamos ver se conseguimos. Mas, por favor, deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Agradeço o aparte de v.exa. e gostaria de falar um pouco no vice-prefeito de São José, no Telmo, que é uma das figuras mais ilustres de São José, vereador por várias vezes e inclusive implantou a universidade em São José. Quantos prefeitos não gostariam de ter como vice na sua administração um homem da qualidade do vice-prefeito Telmo?

Por isso, é estranho, e v.exa. tem razão nas suas preocupações com respeito à

não permissão para que o vice assuma a prefeitura de São José.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Edison Andrino. De fato, ele é uma pessoa extraordinária. E digo isso não é porque agora ele está no PDT ou porque é nosso amigo. Mas por ser uma pessoa extraordinária, ex-reitor da universidade, ele é contra a privatização ou ao fechamento. E o prefeito não quer entregar a caneta para ele sequer por um dia.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Mas quero conceder um aparte ao deputado Elizeu Mattos, líder do governo, para falarmos na greve e, quem sabe, encontrar uma solução ou um indicativo de solução ainda no dia de hoje.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Sargento Amauri Soares, conversamos na semana passada e foi solicitado pelo comando do sindicato a intervenção nossa, como líder do governo, nas negociações. E o governo tem procurado negociar. Inclusive, fiz uma solicitação naquele momento para que eles não entrassem em greve na terça-feira, porque teríamos um feriado. Mas quando fui procurado, estava viajando a Curitiba para resolver o caso da Unale.

Então, eu me proponho ser um parceiro, um interlocutor. Vamos conversar, procurar a secretária Carmen Zanotto, o governador Luiz Henrique da Silveira. Essas solicitações feitas por mim, como líder do governo, não foram acatadas, e o comando entrou em greve. Até solicitamos um pouquinho mais de paciência para negociar, para continuar as negociações que já haviam começado, já que o sindicato concorda com o índice proposto de aumento salarial, o que acabou não acontecendo.

Então, na verdade existe negociação. Houve a vontade do governo, a vontade da bancada da base aliada na Assembleia Legislativa e deste líder do governo. Mas não fomos atendidos pelo sindicato, que entrou em greve e não quis esperar um pouquinho mais, que não dispensou um pouquinho mais de paciência para tentarmos, juntos, encontrar o caminho do denominador comum.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, nobre deputado. Mas quero informar a v.exa. que a greve já estava marcada para o dia 21 e foi postergada por mais duas semanas. Todas as decisões, não do sindicato, mas da categoria, foram informadas a todas as autoridades do governo, inclusive a todos os deputados aqui. E aí não cabia ao comando de greve ou ao sindicato, num feriado, cancelar uma decisão de assembleia.

Então, conversei com v.exa., que inclusive me pediu isso, mas o fez no final de semana, no começo do feriado, ou seja, que o sindicato suspendesse a greve, a qual já tinha sido postergada desde o dia 21 de outubro, quando já tinham sido dados os 15 dias para a possibilidade de uma negociação.

Portanto, se fosse assim simples de a categoria inteira obedecer a cinco pessoas e fazer a vontade do sindicato...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes

da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na manhã de hoje.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço o líder do governo nesta Casa, para poder esclarecer a população sobre os encaminhamentos devidos do governo e as ações dele na questão da greve da secretaria da Saúde.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Muito obrigado, meu companheiro. E pedi e agradei também ao deputado Sargento Amauri Soares.

Na verdade, eu disse que foi na véspera de feriadão. E na ocasião colocamos à disposição do sindicato, até porque a minha viagem também foi na véspera do feriadão. Fui procurado na quarta-feira à tarde, e na sexta-feira iniciava o feriadão. Eu tinha uma viagem oficial, em que representaria a Assembleia Legislativa no estado do Paraná. Ou seja, se não houve tempo nosso, também não houve tempo do sindicato. Mas se houve vontade nossa, o sindicato poderia, no meu ponto de vista, porque o governo tem procurado negociar, poderia, sim, suspender a greve para tentarmos negociar, tanto que nos oferecemos, deputado Manoel Mota, como também interlocutores junto à secretaria da Saúde e junto ao governador Luiz Henrique.

Agora, uma coisa tem que ser dita: a proposta de 16,46% é de aumento salarial.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares (Intervindo) - É abono.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Aumento salarial! Inclusive, vai inserir 13º, ou seja, tem aumento!

A categoria recebeu 114% de aumento numa inflação de 46%. Então, o governo tem procurado negociar, tanto é que está negociando com todas as categorias. Acho que deveria haver o bom senso e suspender a greve, para continuarmos as negociações, para acharmos o caminho do denominador comum.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, concedo a v.exa. um minuto, porque senão o meu tempo ficará reduzido.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - É preciso registrar que não é aumento nem reposição, muito menos reajuste. É um abono que o governo está dando. É a categoria quer tão somente que tenha uma data, um indicativo de incorporação do abono.

Quanto à greve, já estava deliberada há 15 dias; ela foi postergada por 15 dias. Na véspera de iniciar, o sindicato vai lá e cancela greve? Afinal de contas, o governo quer que o sindicato seja chamado de traidor, que sai correndo na frente da categoria? Parece que não entende o que é luta de classe, o que é uma categoria organizada, o que é a mobilização de uma categoria. Como o sindicato, no final, poderia dizer que não haveria mais greve, porque o líder do governo estava viajando?

Todos nós recebemos um ofício, há 15 dias e nos meses anteriores, falando da possibilidade de greve depois do estado de greve.

A categoria está esperando que o governo só melhore um pouquinho a proposta. Falta apenas isso para concluir a greve.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu gostaria de poder mostrar algumas fotos do trabalho extraordinário que vem realizando o governo Luiz Henrique da Silveira por toda Santa Catarina. É só dar uma olhadinha na beleza da obra que foi realizada de Jaguaruna a Camacho.

Vejam que coisa linda está a ponte!

O governador disse que o deputado Manoel Mota estava ali para poder, depois, dizer ao deputado Joares Ponticelli que tudo o que s.exa. fala aqui não é verdadeiro. E s.exa. deveria estar aqui para olhar as fotos, porque muito criticou essa obra.

Essa foto mostra a ponte de Grão Pará, uma obra extraordinária, inaugurada e entregue.

Deputado Valmir Comin, são 12 quilômetros, feitos com o prefeito do seu partido. Foi feito um convênio e, se não houver nenhum problema de briga das empresas, em 90 dias começa a obra de Pinheral a Braço do Norte, porque o governador é governador de Santa Catarina, e os prefeitos que ganharam têm que ser respeitados, porque é assim que o governador administra.

Quantos discursos foram feitos aqui de que a obra do Camacho não sairia porque as máquinas não andavam. Mas a obra está ali e é de qualidade. Inclusive, de acordo com o depoimento de um agricultor, muitos governos passaram, enganaram, mentiram.

Então, é preciso mostrar realizações. E é o que o governador está fazendo, mostrando trabalho. É o único estado da Federação que não vai ter nenhum município sem pavimentação asfáltica - todos os municípios, de todos os partidos, porque o governador governa para Santa Catarina. Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan têm a visão geográfica do estado de Santa Catarina.

Por isso, daqui a alguns dias vamos começar a discutir o Orçamento, que teve a participação efetiva de todos os Conselhos Regionais. E quando se tem a participação dos conselhos, significa a representação do povo, o sentimento do povo. E por essa razão as obras vão saindo.

Tenho orgulho de dizer que a segunda etapa do aeroporto de Jaguaruna está a todo vapor. Vamos ter a maior pista do sul do Brasil, maior do que a de Florianópolis, maior do que a de Porto Alegre. Vamos ter um aeroporto internacional em Jaguaruna, que vai atender a toda aquela região. É uma realidade, não é sonho, não é invenção. E vamos ter o sonho daquela obra da serra do Faxinal, da ação da perereca apresentada pela promotora. Felizmente, hoje, não tem mais nenhuma perereca incomodando. O Supremo Tribunal já deu o parecer favorável, a obra vai continuar, e a perereca não vai incomodar mais.

Essas coisas bonitas que vêm acontecendo em Santa Catarina é a realização de um lado e de outro, porque o governo atentamente está cumprindo uma missão.

Mas ficamos triste ontem com a forma, deselegante, colocada aqui, da tribuna, de que o governo está podre. A pessoa tem que admitir. Mas se quer fazer crítica, que faça em nível elevado e não em nível baixo, porque isso não constrói nada, apenas destrói aquele que faz.

Eu fui muito criticado em Tubarão porque o presidio não saía. Mas a ordem de serviço já foi entregue e a empresa já começou a obra.

Então, é tudo ao contrário do que vem sendo dito aqui. O governo está realizando obras a cada momento. Às vezes alguns deputados da Oposição vêm aqui dizer: esse governo, aquele governo. Não! É um governo só, é um governo de Santa Catarina, é um governo honrado, é um governo que realiza, é um governo que dá orgulho defender aqui, que é o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan. Este é o governo pelo qual trabalhamos e que nos sentimos honrados de defender.

Por isso, a cada instante são obras e mais obras sendo realizadas. Quem for à

Serra do Faxinal verá que metade da obra já está pronta, com a pavimentação asfáltica. Agora a empresa já foi chamada para dar continuidade à obra.

Então, às vezes, falam aqui que o deputado dormiu, acordou e ouviu um ronco de máquinas. E hoje eu estou mostrando as fotos para que todos vejam que não é ronco, e sim pavimentação, realização, compromisso do governo do estado cumprido. E nós damos sustentação aqui nesta Casa para que essas obras aconteçam e para que o governo realize a cada momento ações fundamentais em defesa do povo de Santa Catarina. E este é o nosso compromisso: gerar emprego, renda, desenvolvimento e qualidade de vida ao nosso povo. Este é o espírito de luta e de trabalho que nós implantamos aqui no Parlamento catarinense. E é com esse espírito que eu defendo a minha região, o sul do estado, com garra, determinação e lealdade pelo povo e pela minha região!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, eu vou, rapidamente, tocar num assunto abordado aqui pelo deputado Sargento Amauri Soares, até porque antes de o fato acontecer, eu comentei com o Marcelo, o repórter do *Notícias do Dia* que dá cobertura todos os dias nesta Casa, sobre o episódio da minha querida cidade, São José, aquela onde lá estive durante cinco legislaturas.

Eu era muito contestado pelo Executivo e até por alguns amigos vereadores na Casa, à época, pelo meu jeito de ser e de fazer política, pela minha autenticidade. E disse-lhe que se o legislativo de São José votasse na noite que estava prevista, anteontem, a mudança do Regimento Interno, permitindo que o prefeito se ausentasse do país sem a autorização legislativa, ela estaria dando um atestado realmente de "Câmara Sucupira". Não foi publicado, mas isso eu disse ao jornalista Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Sr. deputado, peço licença a v.exa. para registrar, com satisfação, a presença do deputado Maurício Picarelli, presidente do Parlasul. Os estados que entregam o Parlasul são: Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E queremos convidar o deputado para fazer parte da mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - A minha saudação também ao deputado Maurício Picarelli, presidente do Parlasul. Com certeza, o trabalho desenvolvido pelo Parlasul irá cada vez mais fortalecer os nossos estados que têm ações que devem ser resolvidas em conjunto.

Deputado Maurício Picarelli, sinto-se à vontade! Santa Catarina já é sua, como dos demais que aqui vêm!

Mas, dando continuidade, sr. presidente, quero dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que eu vivencio, em São José, momentos tristes, mas que até hoje não me pronunciei nesta Casa. Mas como v.exa. fez referência - e tem acompanhado porque nós temos ido a reuniões em São José juntos -, à entrega, por parte do governo do estado, da atual instalação da cavalaria, Bope, canil, que é uma pretensão do prefeito municipal Djalma Berger, nós não concordamos. Eu, v.exa. e a sociedade não concordamos!

A pretensão do prefeito Djalma Berger de extinguir, praticamente, a universidade pública, municipal e gratuita, um

projeto de governo levado avante, que hoje é uma realidade e que ele tentou, numa manobra com a Câmara de Vereadores, encolher... E conseguiu, pelo que eu percebi, porque fará vestibular a cada três anos - está numa situação mais ou menos assim. E o dinheiro investido na educação para a construção do prédio na Beira-Mar de São José, que abrigaria, sim, a Universidade Municipal de São José e diversas áreas da educação - porque foi construído com recursos da educação... E ele pretende levar toda a administração para lá, abandonando o projeto inicial, que era um Colégio de Aplicação em que todos os alunos da rede municipal de ensino, após o seu horário de aula, iriam para lá para aperfeiçoarem-se em diversas áreas. Lá iria funcionar a área de aprendizado de informática, de tecnologia, de teatro. E aqueles alunos que se destacassem melhor na rede pública municipal iriam para aquele colégio para ter o reforço, fazer o vestibular e enfrentar de igual para igual os alunos dos colégios privados de Santa Catarina. E o prefeito pretende acabar com isso e, pela falta de coragem dos legisladores de São José, isso vai acontecer. Com muita tristeza estou dizendo isso.

Lá na Câmara de Vereadores tenho grandes amigos, mas estão deixando a desejar porque o prefeito está dominando a Casa Legislativa de São José, sim. E será um precedente muito grave para Santa Catarina que a Câmara de São José permita a saída do prefeito do país, sem autorização legislativa. Com isso irá abrir-se um precedente muito grande no estado, que vai virar bagunça. E desculpem a expressão. Isso é inconstitucional!

Nós, deputados, para nos ausentarmos do país para qualquer missão oficial ou particular, temos que ter permissão desta Casa. O governador, como colocou... Por que o prefeito não pode pedir autorização? Qual é o problema?

Então, é muito triste o que está acontecendo na nossa querida cidade de São José. A sociedade josefense não está satisfeita, por diversas situações. A cidade continua feia e suja. Eu estive no centro de São José, no último sábado, e comentei com o cidadão Carlos, que tem uma clínica na praça: veja, Carlos, como está a praça do centro histórico da cidade! Se vier alguém, neste final de semana, visitar a querida São José, o que vai pensar ao ver o estado que está esta praça! Está um lixo, com capim enorme na praça histórica de São José. É uma vergonha!

O prefeito Djalma Berger é um administrador, e já provou isso, é um homem dinâmico. Agora há um detalhe: tem que respeitar o Legislativo. E o prefeito está querendo dominar o Legislativo josefense.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Para dar continuidade, ouço o deputado Sargento Amauri Soares, que trouxe esse assunto à tona. Eu entrei nesse tema porque comentei com o Marcelo, repórter que cobre São José e esta Casa Legislativa, sobre a minha tristeza por tal fato, se acontecesse. Parece que, providencialmente, a Justiça já colocou a mão em cima, deputado, e não irá permitir que aquilo aconteça, porque é uma inconstitucionalidade flagrante.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado José Natal, muito rapidamente, quero apenas parabenizar v.exa., que é um deputado de São José, que tem uma história construída lá e que foi vereador e secretário municipal em São José.

Eu moro lá há dez anos, como v.exa. sabe, mas não tenho uma inserção maior na

cidade, a não ser nas relações das questões de segurança. V.Exa. tem uma história construída lá e sabe da dificuldade que há.

E eu não tenho nenhum motivo particular para falar mal de Djalma Berger.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Nem eu, da mesma forma!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agora, forçar a Câmara de Vereadores a mudar a legislação para não precisar mais pedir autorização para viajar ao exterior, para impedir que o vice-prefeito, que é do PDT, assumo, é uma barbaridade!

Pedimos o aparte também - e nós o parabenizamos pelo pronunciamento - para informar que vamos ter, no dia 10, na próxima terça-feira, à noite, na Assembleia Legislativa, às 19h, uma audiência pública para discutir aquela questão dos terrenos, da cavalaria, do canil, do Bope e do Presídio de Potecas. Peço que juntos possamos conversar com as pessoas da área de Segurança de São José, com as lideranças comunitárias de Potecas, de Barreiros, de toda aquela região, para debatermos todos os problemas relativos à Segurança Pública de nossa cidade.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte, deputado José Natal!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Sargento Amauri Soares, a seara de hoje desvirtuou do que eu pretendia falar. Mas o assunto é pertinente à região da Grande Florianópolis e de São José.

Eu sou favorável que se construa em São José, lá em Potecas, um complexo de triagem, como disse, se for para cuidar só das pessoas que cometem infrações em São José, e não que mandem para lá pessoas de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, de todos os lugares. Não! A finalidade do terreno seria para isso, e eu concordo.

Agora, não concordo, sob hipótese nenhuma, que o estado conceda uma área nobre - e que foi construída com o dinheiro de toda a sociedade catarinense, principalmente com o dinheiro dos josefenses -, onde, hoje, estão instalados o Bope, a cavalaria e o canil da Polícia Militar.

E este deputado que lhes fala durante muitas sextas-feiras, sábados e domingos da sua vida já trabalhou, como funcionário da prefeitura, da secretaria de Obras, dentro do terreno da Polícia Militar para ajudar a construir aquela estrutura que está lá. E hoje querer realmente pegar - e o estado investiu milhões para construir o que está feito - para dar para a Prefeitura de São José, sem ela dizer o que pretende fazer naquela área, eu não aceito. E a sociedade catarinense e a de São José não devem aceitar, porque aquela é uma área extremamente valorizada. Se a prefeitura colocasse no papel: "Nós pretendemos a permuta, porque queremos construir isso, isso e isso", era caso de ser analisado. Mas o prefeito simplesmente diz que deixa construir o Centro de Triagem e quer aquela área para ele. E o prefeito esqueceu que essa área de Potecas já pertenceu ao governo do estado, era de propriedade da Casan, e foi dada ao município de São José, há menos de três anos, para o prefeito, à época, Fernando Melquiades Elias construir o tal Parque dos Gaturamos. E os grandes gaturamos naquilo lá foram o prefeito Fernando Melquiades Elias e o Jaime Lerner, que gastaram milhões em projetos e não saiu nada do papel.

Então, lá há dois grandes gaturamos: o ex-prefeito Fernando Melquiades Elias e o Jaime Lerner, que, com certeza, foi contratado, ganhou o dinheiro, deve ter cumprido o seu papel, mas não foi construído um metro quadrado.

Volto a dizer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Antes de entrarmos no horário reservado aos Partidos Políticos, com a concordância dos srs. líderes, nós vamos conceder espaço de cinco minutos para ouvirmos o deputado Maurício Picarelli, presidente do Parlasul. Ele me falava aqui, deputado Elizeu Mattos, que já busca o sétimo mandato. Para concorrer com ele, só o nosso ex-deputado, companheiro Ivan Ranzolin.

(Os líderes aquiescem.)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu quero seguir o caminho do deputado Maurício Picarelli.

Eu pedi a palavra, pela ordem, justamente para saudar e dar as boas-vindas ao amigo Maurício Picarelli, deputado do estado de Mato Grosso pelo sétimo mandato e presidente do Parlasul.

Seja bem-vindo ao nosso Parlamento Catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a aquiescência dos srs. líderes, está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar também o deputado Maurício Picarelli. Parabéns por esse trabalho. Certamente as ferrovias que serão implantadas na região sul, que vão fazer a ligação com o Mercosul, Paraguai, Argentina, o Chile, será o grande corredor para nos ligar mais facilmente com todo o mercado das américas e dos países asiáticos.

Parabéns pelo seu trabalho. Pode contar com o apoio dos demais deputados também.

Quero inicialmente fazer uma saudação muito carinhosa à família do jovem André Felipe Vargas, um menino de 22, 23 anos, tesoureiro do PSDB Jovem, de uma família tucana, um líder aguerrido, valente, decidido, um líder dos jovens peessedebistas de Tubarão, mais uma vítima fatal da BR-101.

Eu estava vendo uma reportagem no final de semana sobre o feriado de Finados que informava que morreram nas rodovias do Brasil 95 pessoas, 95 famílias foram destruídas. E hoje estamos sepultando esse jovem de 22 anos, e inclusive está havendo uma caminhada de muitos jovens peessedebistas para prestar homenagem a esse menino.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, concedo um aparte inicialmente ao deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Nós, em nome do PPS, somos solidários à família por esse triste acontecimento. E quero dizer que a juventude dos nossos partidos, do PPS e do PSDB tem trabalhado, tem atuado de forma conjunta. O André Vargas é conhecido dos nossos jovens, que também ficaram muito tristes com essa notícia.

E como v.exa. falou, foi mais uma vítima de uma obra incompleta, na qual já se cobra pedágio, mas que está causando mortes há uma série de seres humanos que utilizam e necessitam daquele trajeto.

Portanto fica a nossa solidariedade ao PSDB, à família, enfim, a todos que conheceram o André Vargas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Também cedo um aparte ao deputado mais jovem do PSDB e também o mais entusiasmado, Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado Serafim Venzon, quero também, em nome do PSDB e de Santa Catarina, solidarizar-me com a família de André Felipe Vargas. Ele esteve recentemente aqui neste Parlamento trazendo suas ideias e, mais do que isso, realizou um encontro da juventude. Ele de uma forma dinâmica, verdadeira, é de uma nova geração de políticos.

Então, quero deixar um abraço carinhoso a toda família e dizer que o vice-governador Leonel Pavan e o presidente de honra do partido estarão hoje lá, à tarde, para abraçar a família. É uma perda irreparável para o partido e para a região sul de Santa Catarina. O nosso abraço carinhoso, na certeza de que nesse período que ele esteve conosco cumpriu a sua missão, foi verdadeiro, leal, amigo e sincero. Era isso, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Serafim Venzon, nosso líder, da mesma forma quero congratular-me com v.exa. colocando aqui o nosso sentimento pelo fato ocorrido. Tive a felicidade de ter dois contatos com ele e nesses dois contatos senti realmente que o André era um apaixonado pela vida pública. Tenho tentado há muito tempo inserir a juventude na vida pública, por quê? Porque devemos renovar, e digo que estou fazendo política para a juventude e acredito que a maioria está, pois precisamos dela perto da gente. É uma perda e, com certeza absoluta, será difícil encontrar alguém tão empolgado quanto ele era realmente pelas causas da vida pública deste país e principalmente da Social Democracia do PSDB.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado deputado José Natal, mais uma vez nossos cumprimentos especiais.

Na quinta-feira passada, ainda em Tubarão, o jovem André Felipe Vargas estava conosco no encontro com professores e professoras da Udesc, e mais de 60 amigos do André estavam lá reunidos no evento organizado também por ele. Então, nossos cumprimentos especiais à sua família e quero dizer que nos orgulhamos de tê-los como amigos.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero comentar aqui uma notícia bonita que hoje está no jornal *A Notícia*: "Estado é o 4º destino no país". Então, em termos de destino turístico só perdemos para a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Numa pesquisa feita agora pela *Vox Populi*, tivemos os seguintes resultados: 11,6% dos entrevistados responderam que o melhor destino seria a Bahia; 10,9%, São Paulo; 9,4%, Rio de Janeiro e 9%, Santa Catarina. Somos o quarto destino do país preferido pelos entrevistados, mas

com uma diferença muito pequena percentualmente entre o primeiro e o quarto onde nos colocamos. Por exemplo, o Rio Grande do Sul seria o oitavo destino mais procurado, mas com apenas 6% dos entrevistados.

Certamente as nossas praias, a nossa estrutura turística, a estrutura das nossas cidades agrada a todos. E muitas vezes ouvi de Leonel Pavan quando era prefeito e agora como senador e como vice-governador: "a cidade é boa para o turista, quando ela é boa para quem mora lá". Essa é a realidade de Balneário Camboriú que todos vemos ficar cada dia melhor para as pessoas que moram lá, e ao mesmo tempo, vemos um número crescente de turistas chegando àquela praia.

Então, Florianópolis fica cada dia melhor para o florianopolitano, para São José, para Palhoça, enfim, para as nossas cidades como Itapema, Bombinhas, Porto Belo, toda nossa orla. E à medida que vai ficando boa para quem mora lá, certamente vai ficando também para aqueles que nos procuram aqui para passar alguns dias de férias ou durante sua viagem.

Por último, sr. presidente, quero comentar rapidamente um detalhe que parece uma notícia única em Joinville, mas na minha opinião não é um caso isolado: "Gestante não teve atendimento certo".

Uma gestante teve o seu bebê, o feto estava morto há tempo, e não teve o encaminhamento correto. Por sorte ainda acabou bem, porque a paciente não teve maiores consequências. Felizmente, o atendimento médico nos municípios, não é a secretaria estadual da Saúde, mas o setor de saúde nos municípios está muito organizada. O doente chega ao posto e organizam dez, doze consultas para cada médico. Organizam somente ali, quando entregam a ficha. Todos são dispensados e a fila desaparece.

Aqueles que são atendidos normalmente, se não tiverem uma doença autolimitada, são encaminhados ao SUS e fica por isso. Acaba não chegando ao final. Já disse aqui na semana passada que nós temos uma fila de 70 quilômetros, como essa que estava na fila e três meses depois de morrer foi chamada, como tantos que infelizmente são chamados para terem o atendimento especializado e o doente já foi sepultado.

Nós precisamos regulamentar a PEC 29 para que o dinheiro que o município, o estado e a União têm para a saúde, sejam gastos realmente na saúde, quer dizer, serão obrigados a gastar percentualmente na saúde, que seja devidamente gasto para dar um atendimento melhor.

Os responsáveis pela saúde não são os hospitais, não é o padre e nem a freira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É sobre o que o deputado Serafim Venzon estava falando, mas infelizmente o tempo do deputado terminou.

Essa senhora, na verdade, a pessoa que o deputado citou, é do município de Garuva, e ela foi atendida no município de Joinville, porque estava sentindo muitas dores, estava preocupada. Como é gente humilde, veio de ônibus de Garuva, andaram a pé da rodoviária até o hospital e foram até a Maternidade Darci Vargas. Naquela maternidade foi pedido um exame para ela,

para saber como estava o bebê. Só que o exame é feito pelo SUS e ela entrou numa fila que ia levar uns dois meses para poder fazê-lo.

Aí, a pé, novamente, resolveram gastar um dinheirinho, que não tinham, para fazer o exame particular e voltaram para Garuva. Foi em Garuva que acabaram constatando que o bebê já estava morto no ventre da mãe. Foi uma coisa extremamente triste, lamentável, que, infelizmente, as pessoas humildes ainda passam neste país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, nós, do PPS, temos cinco minutos por semana e toda quinta-feira procuramos colocar o posicionamento do partido em nível nacional sobre todos os assuntos, e de que forma está a participação parlamentar.

Nós queremos dizer que ontem foi um dia triste para os aposentados brasileiros, que poderiam ter um aumento digno, enquanto o governo federal prioriza, sem sombra de dúvida, o que nós chamamos de banqueiros e especuladores, o sistema financeiro.

E neste sentido, ontem, o nosso líder, deputado Fernando Coruja, que é de Santa Catarina e é líder do PPS em nível nacional, colocou veementemente o seu posicionamento a favor da lei que já foi aprovada no Senado, e agora está indo para a Câmara Federal, de autoria do Senador Paulo Paim, que iria beneficiar mais de 17 milhões de aposentados brasileiros, equiparando o aumento dos seus benefícios ao reajuste do salário mínimo.

Então, o que nós temos para colocar? Primeiro, teríamos o aumento do salário mínimo do trabalhador, que já é muito aquém das necessidades para ter-se uma vida digna. Sabemos que o nosso aposentado não tem o aumento igual, mais do que isso, o trabalhador paga o seu salário, desconta do seu salário a contribuição do INSS e quando vai se aposentar recebe pelo número de salários referência, que não é igual ao salário mínimo. Então, vejamos o quanto o nosso trabalhador é prejudicado!

(Passa a ler.)

"Portanto o líder, Fernando Coruja, que foi aplaudido pelos aposentados que lotavam a galeria do plenário, denunciou o artifício regimental que foi utilizado pela base do governo, que deixou de votar uma medida provisória e forçou o trancamento da pauta que impediu a análise do Projeto de Lei 0001/2007, que aumenta os benefícios dos aposentados.

O líder do PPS disse que a manobra governista envolveu o relator da medida provisória que, se aprovada, daria espaço para a votação dos projetos dos aposentados. 'O relator estava ali à serviço do governo. Quando ele chegou atrasado pediu o prazo para dar o parecer e dessa forma ele impediu que fosse votado o projeto dos aposentados'.

Coruja também colocou que algumas entidades sindicais, que ele denomina pelegos, se entregaram ao governo federal e deixaram de lutar ao lado dos trabalhadores. 'É evidente que precisa de diálogo, mas esse diálogo não pode ser feito somente entre centrais sindicais brasileiras pelegas que estão entregando os aposentados.'

O parlamentar disse que esse assunto deve ser deliberado pelos verdadeiros representantes do povo: o Congresso Nacional."

Essa é a realidade do atrelamento, que mais cedo ou mais tarde, pela forma do

corporativismo, significaria atrelar o que há de mais precioso na democracia, que é o movimento dos trabalhadores.

E esta é a realidade dessa injustiça que se está querendo fazer contra os aposentados. E nós sabemos que é cobrir de cinzas as brasas porque são famílias, são pessoas dependentes de 17 milhões de brasileiros. Isso significa a revolta ali contida e esses aposentados saberão se organizar e continuar a sua luta.

O meu tempo encerrou...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência comunica com satisfação a presença dos alunos da Escola Estadual Básica Professora Aninha Pamplona Rosa, de Gaspar, sob o comando da professora Greice. É um prazer e uma satisfação tê-los conosco no dia de hoje.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, na verdade quero parabenizar o deputado Professor Grando, pois esse seria o tema que eu traria à tribuna no dia de hoje. Mostrei ao meu líder, deputado Serafim Venzon, mas como houve aquele problema em São José, que é gravíssimo... Gostaria de dizer que me somo a muitos brasileiros, ao senador Paulo Paim, que tem lutado demasiadamente pela questão salarial dos aposentados do país. E o presidente Lula, ontem, numa manobra política frustrou todos os aposentados deste país na expectativa de uma melhoria salarial. Um país que tem um superávit como o do Brasil, para quem pregava no passado uma melhor qualidade de vida através do salário, o PT agora agiu completamente diferente e frustrou os aposentados brasileiros.

A minha solidariedade ao senador Paulo Paim e a tantos outros deputados e senadores dignos que querem realmente, não demais, mas aquilo que os aposentados merecem e não conseguem.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria aqui também manifestar o meu apoio ao projeto do senador Paulo Paim. Certamente está chegando o momento de o governo do PT, que tem uma aceitação tão grande, e ao próprio partido que durante tanto tempo manifestou ou dizia que era favorável aos aposentados, aqueles que não podem mais trabalhar, aos aposentados que ganham pouco, de provar realmente que é a favor deles, mas perdeu essa grande oportunidade. A população brasileira pôde ver, verdadeiramente, a face daqueles que mentiram durante muito tempo dizendo que eram a favor dos aposentados, porque eles tiveram a chance, agora, de votar, de se manifestar votando favoravelmente e optaram pelo não.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, do alto vale, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

É verdade, a minha grande base eleitoral é o alto vale do Itajaí, a partir da cidade de Ituporanga, Rio do Sul e tantos municípios. Mas é com muito orgulho que eu digo também que nasci na cidade de Nova Trento, no vale do rio Tijucas.

Hoje, nesta quinta-feira, no horário do PMDB, eu quero falar, primeiramente, deputado Moacir Sopelsa, sobre a reunião que a nossa bancada teve, nesta última terça-feira, com o presidente estadual do nosso partido, dr. Eduardo Pinho Moreira, e dizer a todos que o seu nome está, mais do que nunca, sacramentado para a candidatura ao governo nas eleições do ano que vem.

Eu não tenho nenhuma preocupação em relação às pesquisas, pois se não estamos em primeiro lugar neste momento, poderemos estar mais a frente, até porque sabemos que houve candidato do PMDB nas eleições, após a restauração da democracia neste país, que saía, na maioria das vezes, lá de baixo e que depois foi crescendo, crescendo, indo para o segundo turno, ganhando as eleições. É o caso do governador Luiz Henrique. E nessa oportunidade eu contava que ele, quando candidato, esteve em Rio do Sul numa reunião com empresários, deputado Moacir Sopelsa, e havia três empresários lá, porque ninguém acreditava que Luiz Henrique pudesse ir para o segundo turno. Mas ele foi e ganhou as eleições.

Nós temos também total confiança, já que o dr. Eduardo Moreira é uma pessoa preparada, já foi governador, prefeito de Criciúma, deputado federal e está realmente correndo o estado levando o seu nome, de que ele irá disputar as eleições, irá para o segundo turno e será o futuro governador de Santa Catarina. Nós não temos dúvida alguma disso.

Muitas vezes a imprensa coloca outros nomes, como é o caso do prefeito da capital, Dário Berger, por quem temos o maior carinho, mas, sem dúvida alguma, a pessoa do partido que está preparada para ser candidato ao governo é Eduardo Pinho Moreira.

Gostaria também de falar, rapidamente, sobre a audiência pública da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e a da Segurança Pública e que nós estivemos, ontem, com o secretário da Segurança, Ronaldo Benedt, e também com o secretário de Justiça e Cidadania, Justiniano Pedroso.

Quero dizer a v.exas. que a demissão do diretor do Deap, Hudson Queiroz, veio num bom momento. Na verdade, ele pediu demissão porque todos os fatos, todas as denúncias que foram divulgadas pela Globo nacionalmente tornaram inviável a sua permanência naquela diretoria, além do que nós sabemos que aqueles fatos colocados na imprensa ocorreram, deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa, há quase dois anos.

Nós sabemos que no sistema prisional muitas coisas têm que ser um pouco mais duras, mais rígidas. Evidentemente que não aceitamos e ficamos impressionados, indignados e reclamamos sobre o que houve naquele momento, pois não se admite tortura, de maneira alguma. Mas o diretor pediu demissão, vamos colocar uma pessoa para recompor o sistema em Santa Catarina e acredito que as explicações tanto do Justiniano Pedroso quanto do Ronaldo Benedt atenderam às expectativas desta Casa.

Por isso não há necessidade alguma de CPI, até porque nós sabemos que o setor de segurança, em Santa Catarina, vive certa fragilidade pela disputa que existe na Polícia Civil e na Polícia Militar. Então, não vamos enfraquecer ainda mais a segurança em Santa

Catarina com uma CPI. Além do que já foi encaminhado um plano de cargos e salários aos agentes prisionais, que é uma grande reivindicação do setor, e temos certeza de que vai melhorar muito o trabalho do sistema prisional do nosso estado.

Quero aproveitar, da mesma forma, para convidar todos os deputados desta Casa para participarem de uma sessão especial na Assembleia Legislativa, deputado Giancarlo Tomelin, que será realizada na próxima quinta-feira, dia 12, por minha iniciativa e do deputado Dado Cherem, que é secretário da Saúde. Nós faremos uma homenagem ao deputado federal João Matos, que teve um projeto de sua autoria aprovado, que é o Projeto de Lei Nacional de Adoção.

Nós sabemos que no Congresso Nacional a disputa é muito grande e não é fácil um deputado emplacar uma lei de repercussão igual a essa, de autoria do deputado João Matos.

Eu estarei naquela Casa, se Deus quiser, a partir de 2011, mas sabemos da dificuldade de os parlamentares poderem ter alguma repercussão maior no seu trabalho. E o deputado João Matos teve, um deputado de sete mandatos, quatro como deputado federal, foi secretário da Saúde e teve realmente esse projeto de um alcance social muito grande.

O secretário Dado Cherem, inclusive, tem um filho adotado e, segundo me dizia, está adotando também mais uma criança, pois ele sabe da dificuldade de um casal, de uma família que quer adotar uma criança. Sabemos do drama de uma criança que está no abrigo procurando um lar e não consegue devido à dificuldade da burocracia, pelos entraves provocados pela burocracia. E essa lei vai, sem dúvida, resolver um problema muito sério do nosso país e é de autoria de um catarinense, do deputado federal João Matos.

Quero, também, deputado Moacir Sopelsa, neste horário do nosso partido, fazer um apelo às pessoas ligadas ao setor da saúde, ao sindicato do setor de saúde de Santa Catarina, para que terminem com essa greve.

Já apelei à secretária Carmem Zanotto, ao governador e ontem estive, inclusive, com o Antônio Gavazzoni, secretário da Fazenda, pedindo a todos que tenham mais boa vontade e cedam de um lado ou de outro, para que possamos por fim a essa greve da saúde.

Essa é a pior de todas as greves, pois está atingindo as pessoas que têm dificuldade e que precisam de um tratamento de saúde, e de repente todo o setor está paralisado em Santa Catarina.

Sempre, na quinta-feira, falo sobre a minha agenda. Eu tenho uma agenda muito intensa, mas antes de passar a palavra ao deputado Moacir Sopelsa vou falar sobre uma agenda que terei na segunda-feira, junto com o governador Luiz Henrique da Silveira. Estaremos no alto vale, junto com o presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann, distribuindo veículos para os escritórios regionais da Epagri de muitos municípios. A Epagri adquiriu 260 veículos e a grande maioria dos municípios de Santa Catarina estará sendo atendida.

E eu quero convidar todos os deputados, independente de partido, mesmo os da Oposição, como, por exemplo, o deputado Joares Ponticelli, que também é do alto vale, para que vá lá presenciar aquela distribuição desses veículos por uma empresa que presta importantes serviços à agricultura de Santa Catarina. E essa distribuição tem que ser feita de maneira técnica e não de maneira política. Foi isso que eu solicitei ao presidente da Epagri.

Neste momento, passo o restante do tempo ao ex-secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, que também apoiou e ajudou a Epagri, com muita ênfase, no período que esteve à frente da secretaria da Agricultura de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pelo restante do tempo, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Rogério Mendonça.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores da imprensa, eu estava escutando atentamente o que v.exa., deputado Rogério Mendonça, estava falando sobre o que tinha ocorrido com a Segurança Pública, com relação a essa questão dos presídios em Santa Catarina.

Nós temos que ter consciência de que temos que tratar bem todas as pessoas, ter respeito por elas, mas temos também que olhar o lado daquelas famílias que tiveram os seus familiares agredidos, pessoas que perderam a vida por causa de bandidos que nesse momento não têm escrúpulos nenhum; bandidos que agridem famílias, que deixam marcas que não se apagam jamais. É uma ferida que pode ser curada, mas a cicatriz não sai.

Então, temos que olhar e respeitar esses presidiários, mas eles têm que cumprir com as suas penas. Muitas vezes falam que são pessoas menos favorecidas, mas isso existe em todas as classes sociais. Às vezes é falta de cultura, às vezes é falta de educação.

Enfim, eu quero dizer que temos que ter consciência.

Srs. deputados, ontem eu assisti à palestra do secretário Justiniano Pedrosa, uma pessoa por quem tenho uma admiração muito forte. Eu tive a alegria e o prazer de ser amigo do seu pai, dr. Cid Pedrosa, que foi deputado estadual, que deixou a marca da seriedade, da transparência, de um homem trabalhador e que transmitiu ao seu filho esse caráter de pessoa justa e séria. Claro que às vezes ele não consegue dar toda a segurança que é necessária à entidade que preside hoje, para podermos nos sentir seguros, mas está fazendo o que é possível.

Mas quero deixar registrado o meu voto de confiança ao dr. Justiniano Pedrosa, pois tenho certeza de que ele fará tudo para que essa situação difícil que vive o estado possa se concluir em bom termo, possa se concluir com dias melhores, com uma melhor segurança.

Quero me manifestar também com relação à greve da saúde no estado de Santa Catarina e dizer que, deputado Elizeu Mattos, líder do nosso governo, lamento e que estou triste. Nós temos que pensar o que éramos e o que somos agora; quais os avanços que tivemos e o que alcançamos a mais. Claro que eu não conheço nenhum prefeito, nenhum cidadão público que não queira alcançar melhorias para o servidor público.

Lamento que nós não conseguimos fazer tudo aquilo que merece o nosso servidor público, mas lamento também que se tenha chegado a esse extremo de vermos uma greve e aquelas pessoas, principalmente as menos favorecidas, que dependem da saúde pública, serem prejudicadas.

Nós ainda continuamos vendo nos nossos hospitais filas de pessoas que esperam um mês, dois meses, três meses para serem atendidas, porque aquelas que são atendidas pelo SUS têm ainda que enfrentar filas dentro dos hospitais, esperando em macas, por falta de leitos. As CPis não

conseguiram atender todas as pessoas que precisam e na maioria das vezes são pessoas pobres.

Mas quero dar um voto de confiança ao governador Luiz Henrique, que tem feito o possível nesses sete anos de mandato, porque não tem descansado, como se costuma dizer no interior, procurando fazer um estado diferente dentro das suas possibilidades. Ele é uma pessoa de visão, de desenvolvimento, que melhorou a saúde no interior do estado. Se formos a Concórdia, iremos constatar que houve grandes melhorias. Se formos a Xanxerê, iremos constatar que o hospital hoje é um hospital de referência em cardiologia. Se formos ao hospital de Chapecó, iremos constatar que ele funcionava sob ameaça do Ministério Público, porque senão não poderia atender, pois faltavam recursos. Com uma nova administração do governo do estado, ele recebeu mais recursos e passou a atender melhor. O próprio hospital de Lages eu vejo como um hospital de referência, atualmente.

Então, houve investimentos dos serviços aos servidores. Não é o ideal, mas é difícil de o governo realizar, em sete anos, tudo que foi deixado de fazer em 50, 60 ou 100 anos atrás. Foram feitas essas melhorias e temos que dar um voto de confiança ao nosso governador.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, acho que temos que fazer justiça. O governo tentou, em todos os momentos, fazer negociação. Se ele fosse dar esse aumento linear para a saúde, no período da sua gestão, a saúde teria tido um aumento salarial de 46% em cima da inflação e ele já concedeu 114%.

O governo tentou e está tentando negociar com a saúde aquilo que se pode pagar, porque não adianta negociar e conceder aquilo que não se pode pagar! Sabemos que a reivindicação dos funcionários da saúde é meritória, mas não adianta conceder, deputado Moacir Sopelsa, uma coisa que não se vai conseguir cumprir lá na frente. Não podemos mentir para nós mesmos. Dentro das limitações do caixa do Tesouro, o governo poderá dar 16,7% de aumento para a saúde.

O que nós queremos é que os servidores se conscientizassem e voltassem ao trabalho, para continuarmos as negociações e talvez até avançarmos um pouco mais, mas não será em estado de greve que haverá negociação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0749/2009, 0750/2009 e 0751/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.687/2009, 1.688/2009, 1.689/2009, 1.690/2009, 1.691/2009, 1.692/2009, 1.693/2009 e 1.694/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.696/2009, 1.697/2009, 1.700/2009, 1.701/2009, 1.702/2009 e 1.706/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.698/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.699/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.703/2009, de autoria do deputado Valmir Comin, e 1.704/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Requerimento n. 1.695/2009, de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Câmara Federal, pedindo uma solução eficaz para regulamentar o funcionamento da zona de processamento de exportação no município de Ibituba.

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiras deputadas, companheiros deputados, já dizia o grande poeta que "Se quiseres cantar o mundo, cante a sua aldeia". E Fernando Pessoa complementava que "o rio que passa na minha aldeia é o rio mais belo, é o rio que ajuda a agregar". É importante saber que as suas margens reúnem forças que podem conter esse rio. Então, se o poeta estivesse em Florianópolis, ele iria dizer que a lagoa que passa na nossa aldeia é a mais bela lagoa.

Estou falando na Lagoa da Conceição. Por quê? Porque nesse último final de semana, pude presenciar algo que me preocupa muito nesse mundo moderno, que são os gargalos, os engarrafamentos para as praias, principalmente na região da bacia da Lagoa da Conceição. Toda a avenida Major Ortiga, assim como a avenida das Rendeiras, no sentido praias da Joaquina, Mole, Galheta, Barra, enfim, qualquer fluxo no sentido do Rio Vermelho era um engarrafamento só, com carros na maioria de fora. São engarrafamentos de três a quatro horas, no mínimo. A partir das 17h eram milhares de carros funcionando e parados, emitindo dióxido de carbono.

Será que não temos alternativas de transporte? Existe, sim! Há 15 dias, fizemos uma viagem da Barra da Lagoa até a Lagoa da Conceição, mostrando que de barco é possível chegar mais rápido do que de carro. A cooperativa, a associação de pescadores, as comunidades, as ONGs, organizaram-se para fazer essa viagem e chamaram a imprensa. E foi constatado que existem disponibilidades de barcos equipados. Inclusive, quando fomos prefeito da Capital de todos os catarinenses fizemos o transporte marítimo da Lagoa até a Costa da Lagoa, do Rio Vermelho até a Costa da Lagoa, onde moram somente 500 famílias, chegando a um total aproximado de 1.600 pessoas.

Esse transporte marítimo, devido o esforço, é feito por barqueiros. Ele cresceu, melhorou, aperfeiçoou-se, obedecendo às regras da Marinha, quanto aos pontos de parada, enfim, são bem organizados. E esse transporte é feito com tranquilidade.

Então, está havendo uma injustiça, sim, porque se você mora em qualquer município da Grande Florianópolis e quiser vir para o centro paga apenas uma passagem, mas aqueles moradores pagam uma passagem de barco até a Lagoa e outra da Lagoa até o centro. Ou seja, pagam de ida e volta quatro passagens. São mais de R\$ 8,00 só de passagens. Essas pessoas, devido à questão de ter o direito ao vale transporte, têm dificuldade em ter empregos.

Ora, não se corrigiu essa distorção. Os passageiros de outros municípios pagam apenas uma passagem. E internamente é o único caso que existe no município de Florianópolis em que as pessoas pagam duas passagens para virem até o centro e voltar.

Por isso, as cooperativas e os barqueiros se reuniram e mostraram que é possível ampliar e melhorar o transporte marítimo. E muito temos lutado por essa atividade, no sentido de oferecer alternativas para este verão. Se o transporte marítimo deu certo na Costa da Lagoa, onde tem aproximadamente 1.600 pessoas, por que não vai dar certo na Barra da Lagoa, que tem 12 mil pessoas morando, as quais poderão fazer essa viagem em menos de meia hora? Mas não é somente a Barra da Lagoa. Isso pode ser feito do Rio Tavares até a Lagoa, até os restaurantes da Barra da Lagoa, pode ser feito do centro até a Barra da Lagoa, da Barra da Lagoa até a Costa da Lagoa, do Canto do Araçá até a Barra, da Barra até o Rio Vermelho, da Lagoa até o Rio Vermelho.

Poucas pessoas sabem, mas nos fundos do Hotel Engenho, onde é a montante parajusante do rio, na saída da barra do Rio Vermelho, esses barcos navegam com 60cm de calado. Essa viagem foi feita e mostrada à imprensa, à comunidade e ao núcleo de transportes. Inclusive, todo o processo de autorização está encaminhado ao núcleo de transportes. Pasmem, senhores, mas o núcleo de transportes disse que não conseguiu ainda pegar a assinatura do responsável pela mobilidade. Então, imaginem neste verão o engarrafamento de toda essa região, que é a mais bela da nossa Ilha.

Está lá somente para assinar, mas não conseguiram pegar a assinatura do companheiro e amigo que conheço ao longo dos anos, João Batista, para autorizar o funcionamento, que já poderia começar agora, com a aproximação do verão, para mostrar que temos alternativas para as pessoas chegarem à Lagoa. Elas deixariam os seus carros e iriam para várias localidades de barco, num passeio tranquilo, levando suas famílias e voltando sem ficarem naquele eterno engarrafamento.

Só para terem ideia, fizemos um pedido, através da associação dos restaurantes de todas essas regiões, que dá aproximadamente quase 100 restaurantes.

Então, não há necessidade de o abastecimento desses restaurantes ser feito por caminhões, que ajudam a engarrafar o trânsito - às vezes são oito caminhões engarrafando aquele trecho. Esse abastecimento pode ser feito através de barcos.

Quanto ao nosso transporte marítimo, chegamos inclusive a fazer esse transporte em águas externas, onde o Deter era o responsável. E nós o fizemos enquanto prefeito, por 89 dias. Mas, depois, não fomos mais autorizados. Mas fizemos como experiência, do centro até Canasvieiras, até a Tapera, Santo Antônio, enfim, a várias localidades. E nas águas internas implantamos cooperativas. Mas Florianópolis cresceu. E essa região é a mais frequentada pelos nossos turistas.

Até pergunto qual a única praia popular que o povo pode frequentar em Florianópolis? Antigamente tínhamos várias. Tínhamos a praia de Fora, no centro, Itaguaçu, no continente. Hoje, a única praia popular é a praia da Barra e um pouco do Campeche e do Moçambique também. Mas para fazer esse trajeto a população perde uma média de quatro horas nos engarrafamentos. Então, é um direito que a população tem usar o barco para completar o trajeto, fazendo o caminho inverso. E há uma reivindicação dos moradores nesse sentido.

Portanto, quero cantar, sim, a nossa Lagoa da Conceição. Quero lembrar o que o nosso poeta Zininho fez, agora, em outros tempos, de forma equilibrada, de forma sustentável e com mobilidade. E não é só porque a palavra é moderna e bonita, mas, sim, porque devemos fazer ocorrer na prática. Já o fizemos e esperamos o mesmo desta administração com relação ao turismo.

Quero registrar aqui, mais uma vez, o grande projeto também relacionado à questão marítima, porque temos que trabalhar muito nisso. Sou um lutador dessa questão do projeto do estaleiro em Imbituba, com os interesses da Construcap, o interesse do governo do estado, as leis de incentivo para que esse projeto ocorra.

Já temos o EBX, em Biguaçu, do Eike Batista, com um bilhão de dólares. E esse será de 1,2 bilhão gerando cinco mil empregos naquela região...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero, de uma forma muito efusiva, parabenizar todos os radialistas, porque a Lei n. 11.327, de 24 de julho de 2006, instituiu o dia sete de novembro como o Dia do Radialista, colocando-o no calendário das efemérides nacionais.

Sei da importância do radialista, eu, que fiz um programa de rádio, durante um bom tempo, e tenho participado como ouvinte das rádios de Santa Catarina. Portanto, quero parabenizar todos os radialistas, no dia sete de novembro, pelos serviços prestados à comunidade de Santa Catarina, dando informações, notícias, em tempo real.

Nessa data também se presta uma homenagem ao saudoso Ary Barroso, porque ele também era radialista, cantor e compositor. Por isso, uma homenagem a todos os radialistas de Santa Catarina, na certeza de que estão cumprindo o seu dever pelo sagrado dever de cumprir.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de dar as boas-vindas ao empresário sr. Francisco, dono do Center Hotel em Xanxerê, onde já tivemos o prazer de ser hospedado.

Damos as boas-vindas ao sr. Francisco, amigo do nosso funcionário Melo, que veio à Capital assistir à sessão no Parlamento catarinense.

Boas-vindas, sr. Francisco!

O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, eu tive o privilégio de receber, em nosso gabinete, um grupo de trabalho de pessoas ligadas ao setor contábil das associações dos municípios de todo o estado de Santa Catarina. E protocolamos nesta Casa um projeto de lei.

(Passa a ler.)

"Projeto de Lei

Institui Grupo de Trabalho - GT, destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios - IPM, de conformidade com a Lei Complementar Federal de n. 63, de 11 de janeiro de 1990, e do § 4º do art. 133 da Constituição Estadual. [sic]

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Grupo de Trabalho - GT,

destinado a executar as tarefas inerentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios relativos à arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Regulando, dessa forma, os dispositivos contidos na Lei Complementar Federal de n. 63, de 11 de janeiro de 1990, e de forma especial o disposto no § 4º do art. 133 da Constituição Estadual.

O Estado de Santa Catarina é reconhecidamente modelo em nível federal, por ser o único ente da Federação a efetuar o rateio da cota parte do ICMS com a participação efetiva dos 293 municípios, através de suas associações de municípios.

As disposições contidas no presente Projeto de Lei já vêm, ao longo dos anos, sendo praticadas no Estado de Santa Catarina, existindo apenas uma lacuna na legislação vigente, encontrando-se embasada apenas na Portaria de n. SEF 087/91, de 27 de junho de 1991, estando consequentemente desatualizada.

A matéria em análise foi amplamente debatida pelos profissionais técnicos representantes das associações de municípios bem como de Municípios, com o objetivo de atender aos anseios e necessidades dos mesmos, principalmente no tocante à busca da verdadeira democracia e na justa e correta distribuição dos recursos à população catarinense.

(a)Deputado Valmir Comin"

Esse projeto foi protocolado via eletrônica na Assessoria Parlamentar desta Casa e tramita nas comissões com a aquiescência e assinatura de 16 deputados deste Parlamento. E esperamos que com brevidade e celeridade possamos ver esse projeto aprovado para a construção desse grupo de trabalho.

Gostaria, sr. presidente, de registrar aqui um requerimento que tive a oportunidade de apresentar a esta Casa com o seguinte teor:

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Valmir Comin, cumprimenta-a pela brilhante participação nos Jogos Paraolímpicos, representando Santa Catarina e o Brasil, sendo motivo de orgulho para seus familiares, amigos, colegas da EEB Rubens de Arruda Ramos e, especialmente, para o município de Criciúma. Atenciosamente, deputado Jorginho Mello, presidente."[sic]

(Passa a ler.)

"Criciunense dá show no Parapan da Colômbia.

Criciúma fez a festa nos Jogos Parapanamericanos Juvenis encerrados ontem em Bogotá, na Colômbia. No último dia de disputa a mesatenista Bruna Costa Alexandre conquistou a medalha de ouro na categoria individual. Foi o terceiro título da criciunense em poucos dias na disputa internacional.

"Um desempenho excepcional, acima da expectativa, que comprova a excelência do trabalho da Bruna", vibrou o técnico Alexandre Ghizi, que comanda a equipe da FME Criciúma. Bruna já havia faturado o ouro nas categorias Open, de duplas, com a parceria de Paulo Salmin.

Bruna tem 14 anos, é líder do ranking catarinense, e tem no currículo títulos como os jogos escolares e de duas etapas paraolímpicas estaduais. A criciunense ajudou o Brasil a ser o campeão geral do Parapan Juvenil, com 130 medalhas, sendo 80 de ouro. A competição reuniu 600 atletas de 13 a 21 anos, representando 14 países. A delegação brasileira contou com 90 competidores.

Atente para isso, presidente: brincalhona e sempre sorridente a jovem perdeu o braço direito, deputado José Natal, por causa de um erro médico quando tinha apenas seis meses de idade, problema que não afeta em nada sua atuação no esporte.

'Tinha problemas com o saque e o equilíbrio, mas acostumei', disse a jovem de 14 anos, que também joga futsal. 'Jogo de ala esquerda, mas é difícil conciliar os treinos e as competições nos dois esportes. Agora estou me dedicando integralmente ao tênis de mesa.'

Realmente é um exemplo de patriotismo, de luta, de garra, de determinação, de metas e objetivos a serem superados. O ser humano tem uma capacidade interior sem precedentes quando realmente acredita em si e vai à luta, não fica só sonhando, e a Bruna caracterizou esse exemplo que deve ser seguido por muitos jovens catarinenses e brasileiros. Aliás, muitas pessoas fisicamente normais, sadias, muitas vezes se acovardam, até ficam imunes e não agem. Aqui está um exemplo que precisa ser seguido.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao eminente deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Valmir Comin, a Bruna, como colocou v.exa. desta tribuna, acreditou que ela era capaz, que ela era possível. V.Exa. já pensou se os homens que detêm o poder neste país, em todos os níveis, mas principalmente os executivos, acreditassem também nessas pessoas e dessem-lhes a oportunidade?! Porque eles têm capacidade e competência! Mas a maioria não acredita neles!

Tenho certeza de que v.exa. deve receber, no seu gabinete, no mínimo uma vez por semana, alguém ligado ao esporte, com deficiência ou sem deficiência, buscando apoio para mostrar o seu potencial, e não conseqüente. E quando alguém vai à luta, como foi a Bruna e como vão tantos outros brasileiros anônimos que nós conhecemos, nós temos que louvar e dizer-lhes que eles são merecedores da credibilidade, do amor, da persistência que eles tiveram para estar inseridos no meio. E se ela não fosse realmente dizer para todos: "Eu sou capaz, eu farei", ela não estaria lá.

Então, parabéns a ela e a quem a motiva. E deixo aqui o meu alerta de que os governos têm que continuar apostando nessas pessoas para trazê-las para o meio, em todos os sentidos, principalmente dando-lhes condições de sair de dentro de casa, que a maioria nem ganha nada, lamentavelmente.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Aliás, é o investimento mais barato que um ente público pode promover, que congrega gerações diferentes em idades, que congrega povos, raças, culturas, e que precisa ser cada vez mais motivado e incentivado.

Por isso, Bruna, receba os parabéns deste deputado e de todos os parlamentares de Santa Catarina.

Parabéns a você, ao seu técnico Alexandre Ghizzi, à FME/Criciúma, a todos os seus apoiadores e, principalmente, aos seus familiares, que, tenho certeza, não mediram esforços nos momentos mais difíceis para que você chegasse aonde chegou, com essa medalha suprema que consagra o esporte olímpico catarinense e brasileiro.

Parabéns a você e a todos os seus incentivadores!

Era isto, sr. presidente e srs. deputados, o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença de alunos da Escola Professora Adelaide Starke, de Blumenau, que vieram acompanhados da professora Tânia. Sejam bem-vindos, estudantes, ao Parlamento catarinense!

Convido o deputado Valmir Comin para assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, sr. Francisco Ferronato, que nos visita aqui na Assembleia junto com o nosso funcionário Mello, estudantes que estão aqui, hoje ocupo a tribuna para, de uma maneira muito singela, fazer um agradecimento à minha terra natal, ao município de Calmon.

Na última sexta-feira estive lá por iniciativa do vereador Alcebiades e de todos os vereadores daquela Câmara Municipal para participar da sessão solene de denominação do plenário da Câmara de Vereadores do município de Calmon. E com muita honra recebi a homenagem, em nome do meu pai, o ex-vereador do município de Matos Costa Dário Carneiro. Então, o plenário da Câmara Municipal de Calmon, minha terra natal, hoje se chama Plenário Vereador Dário Carneiro.

Venho a esta tribuna para fazer um agradecimento a todos os vereadores que, por unanimidade, aprovaram essa homenagem ao meu pai, que faleceu no último dia 12 de fevereiro deste ano. O seu Dário, como era conhecido, sempre foi um batalhador pelas causas daqueles pequenos municípios.

Em 1958, ano em que eu nasci, apesar de todas as dificuldades que a região enfrentava, com estradas ruins, ele já era o intendente municipal, naquela oportunidade, do município de Porto União, que até então Matos Costa e Calmon pertenciam a Porto União.

De 1958 até 1962, como ele era intendente, juntamente com outras lideranças do município de Matos Costa e com o sr. Sebastião Carneiro, lutou muito pela emancipação do município de Matos Costa, que ocorreu em 1962. E em 1964 ele foi eleito vereador e exerceu o mandato até 1968.

Nós morávamos no interior do município de Matos Costa, e vejam, srs. deputados, que naquela época, de 1964 até 1968, havia uma dificuldade muito grande para se deslocar até o centro do município de Matos Costa pela estrada de chão. E durante os quatro anos em que ele foi vereador, não faltou uma sessão sequer do Poder Legislativo do município de Matos Costa.

E depois lutou também pela emancipação do município de Calmon, que hoje já está consolidada. E agora Calmon presta-lhe essa homenagem.

Por ele ter cinco filhos, ter morado no interior e tido o sonho de fazer os seus filhos estudarem, ele abdicou da carreira política. Ele deixou de ser vereador, não quis mais concorrer, apesar de os pedidos serem muitos para que ele fosse candidato a prefeito do município de Matos Costa. Por um ato de grandeza, sr. presidente, ele renunciou à sua carreira política para que pudesse dar estudo aos seus filhos, formar eu e os meus quatro irmãos. Mas não deixou de fazer parte das tratativas políticas. Inclusive, sr. presidente, deputado Valmir Comin, sempre foi filiado ao seu partido, a antiga Arena, o PSD, o PP, e

nunca mudou de partido. E ajudou a construir os municípios de Calmon e Matos Costa. Ele era o conselheiro do município, e as pessoas o chamavam de tio Dário, vô Dário, seu Dário.

Portanto, hoje nos orgulha muito estar aqui no Parlamento catarinense, porque os primeiros passos que demos na política foram por orientação dele. E os princípios que carregamos na nossa vida também são os que ele nos ensinou, de responsabilidade, honestidade, seriedade, palavra empenhada, palavra cumprida.

Então, ficamos muito felizes. E o meu pai, apesar de todas as dificuldades que teve, foi expedicionário na grande Guerra Mundial; depois, morando fora, no interior, fazia com que os seus filhos fossem estudar em colégios internos. E só tinha uma missão: fazer eles estudarem.

E a recompensa veio, por ironia do destino. Eu, como cirurgião-dentista, não imaginava que um dia pudesse estar aqui no Parlamento catarinense. Iniciei a minha carreira como vereador, em Brusque. Depois fui vice-prefeito e hoje estou aqui talvez para recompensar. Deus o recompensou por ele ter aberto mão de algo que ele gostava muito, e que continuou fazendo durante toda sua vida, mas não ocupando um cargo público, porque a responsabilidade maior dele - e ele sempre dizia isso - era com a educação dos seus filhos.

Então nós, de uma maneira muito especial, queremos aqui agradecer aos vereadores do município de Calmon: Giovanni Gilberto Gregório, presidente da Câmara; Alcebiades dos Anjos; Joacir Santos Trindade; Paulo Pompeo; Zé da Ambulância; Antoninho Pinto da Silva; Roberto Carlos Campagnaro; Luiz Augusto Milani; e a vereadora Neiva Aparecida Zaias Koch. Agradeço aos nove vereadores por essa homenagem que prestaram ao meu pai.

Sem dúvida nenhuma, foi uma sessão solene muito bonita. Lá estava o secretário do Desenvolvimento Regional, Gilberto Comazetto, o ex-prefeito João Batista De Geroni, representando sua excelência, o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira; o prefeito Alcides Francisco Boff; várias lideranças políticas, o vice-prefeito do município de Matos Costa, abrilhantando ainda mais aquela sessão solene em homenagem ao meu pai.

Então, quero aqui, neste Parlamento, dizer da minha satisfação de ver o plenário da Câmara Municipal do município onde nasci chamar-se Plenário Vereador Dário Carneiro.

Os nossos agradecimentos aos vereadores daquela pujante cidade de Calmon, que no ano passado, sr. presidente, foi a segunda cidade em crescimento populacional de Santa Catarina, porque lá chegou o asfalto e com isso o desenvolvimento e o progresso. E é nossa responsabilidade, como filho natal de lá, ajudar no desenvolvimento e crescimento de Calmon.

Queria também, sr. presidente, dizer que na sexta-feira foi realizada a sessão solene e que no sábado permanecemos em Calmon o dia todo na companhia do ex-prefeito que fez um grande trabalho naquele município. Calmon é a cidade que mais cresceu populacionalmente e que não tem uma criança fora da escola e um cidadão desempregado.

João Batista De Geroni, junto com os nossos três vereadores, o Joacir Santos Trindade, o Zé da Ambulância e o Paulo Pompeo, percorreu várias casas de amigos e companheiros do PDT no município de Calmon. E na noite de sábado fizemos uma reunião ampla com todas as lideranças políticas do PDT no município de Calmon.

Agradeço ao PDT de Calmon por essa receptividade que tive. E agradeço, de maneira muito especial, a todos os vereadores que, de uma maneira unânime, emocionaramos com os depoimentos e, principalmente, por ter escolhido o nome do meu pai para denominar o plenário da Câmara Municipal de Calmon.

Gostaria, também, sr. presidente, de fazer o registro da presença de dois ilustres cidadãos de Brusque que nos visitam: Jair Cruz e Alcides Cassaniga, o nosso suplente de vereador do município de Brusque.

Também registro a presença do sr. Antônio Nunes Filho, de Tijucas, e do prefeito de Botuverá, Zanon Francisco Sgrott, que estão visitando a Assembleia legislativa nesta manhã de quinta-feira.

Inclusive, o prefeito Zanon está fazendo um grande trabalho, apesar das dificuldades que o município passa. Botuverá também foi atingido pela catástrofe de novembro do ano passado, mas, com muita dedicação e com muito trabalho dele, da sua equipe e do seu vice-prefeito, Pedro Paulo, Botuverá está sendo reconstruída. Temos aí, sem dúvida, um grande trabalho agora pela frente, sr. Zanon, que é a luta do asfalto para ligar Botuverá a Vidal Ramos, que é, sem dúvida nenhuma, o grande sonho não só de Botuverá, mas de Vidal Ramos, de Brusque e de toda região.

Então, senhores, as nossas boas-vindas ao Parlamento catarinense.

E registro também a presença do nosso amigo Zeca, que está visitando e

acompanhando o prefeito Zanon Francisco Sgrott.

Era isto o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao aniversário do CTG os Praianos, de São José.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) comunica que rerratificou o julgamento de habilitação das empresas participantes da Concorrência nº 002/2009, que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços especializados em limpeza, servente, jardinagem, copeiragem, telefonista, coordenador de copeiragem, auxiliar coordenador de copeiragem, lavador de veículos, auxiliar do supervisor de limpeza, supervisor geral de terceirizados, pintor, encanador, eletricista, pedreiro, carpinteiro e auxiliar de serviços gerais para atender as necessidades da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em área aproximada de 21.785m² (vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), incluindo-se na letra "b", o item 4, referente ao descumprimento do item 6.4.2 do Edital para a empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda., conforme o seguinte:

a) desclassificar a empresa Ondepresb Limpeza e Serviços Especiais Ltda. por não atender o item 6.4.2 do Edital, referente à certidão negativa de protesto;

b) desclassificar a empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda.,

1) por não atender o item 6.2.6.2 do edital, referente à não apresentação da guia do último recolhimento do FGTS;

2) por não atender o item 6.3.2, referente aos atestados de qualificação técnica compatíveis, contemplando no mínimo 80% da quantidade total prevista no objeto do Edital;

3) por não atender o item 6.3.6 c/c 6.6 do Edital, referente à certidão de SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) ou Certidão emitida pela instituição de que a empresa está dispensado de registro.

4) por não atender o item 6.4.2, referente à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor.

Dada a inabilitação das duas únicas empresas participantes, a Comissão Permanente de Licitações (CPL), resolve aplicar o disposto no artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93, por expressa conveniência, fixando aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis a partir de sua publicação legal para apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que deram origem às suas inabilitações. A retificação de julgamento deu-se em virtude da não-inclusão do descumprimento por parte da empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda, conforme item 6.4.2 do Edital, não mencionado no julgamento anterior. Com a retificação, os prazos para recurso ou cumprimento do art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, correrão a partir da publicação desta Ata.

Florianópolis (SC), 11 de novembro de 2009.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES (CPL)

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) comunica que rerratificou o julgamento de habilitação das empresas participantes da Concorrência nº 002/2009, que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços especializados em limpeza, servente, jardinagem, copeiragem, telefonista, coordenador de copeiragem, auxiliar coordenador de copeiragem, lavador de veículos, auxiliar do supervisor de limpeza, supervisor geral de terceirizados, pintor, encanador, eletricista, pedreiro, carpinteiro e auxiliar de serviços gerais para atender as necessidades da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em

área aproximada de 21.785m² (vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), incluindo-se na letra "b", o item 4, referente ao descumprimento do item 6.4.2 do Edital para a empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda., conforme o seguinte:

a) desclassificar a empresa Ondepresb Limpeza e Serviços Especiais Ltda. por não atender o item 6.4.2 do Edital, referente à certidão negativa de protesto;

b) desclassificar a empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda.,

1) por não atender o item 6.2.6.2 do edital, referente

à não apresentação da guia do último recolhimento do FGTS;

2) por não atender o item 6.3.2, referente aos atestados de qualificação técnica compatíveis, contemplando no mínimo 80% da quantidade total prevista no objeto do Edital;

3) por não atender o item 6.3.6 c/c 6.6 do Edital, referente à certidão de SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) ou Certidão emitida pela instituição de que a empresa está dispensado de registro.

4) por não atender o item 6.4.2, referente à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor.

Dada a inabilitação das duas únicas empresas participantes, a Comissão Permanente de Licitações (CPL), resolve aplicar o disposto no artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93, por expressa conveniência, fixando aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis a partir de sua publicação legal para apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que deram origem às suas inabilitações. A retificação de julgamento deu-se em virtude da não-inclusão do descumprimento por parte da empresa Miservi - Administradora de Serviços Ltda, conforme item 6.4.2 do Edital, não mencionado no julgamento anterior. Com a retificação, os prazos para recurso ou cumprimento do art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, correrão a partir da publicação desta Ata.

Florianópolis (SC), 11 de novembro de 2009.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES (CPL)

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 169/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 034/2009-00, celebrado em 11/11/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Quality's Coletas Transportes Entergas Serviços Ltda-me.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, preventiva, corretiva e de consultoria, abrangendo os equipamentos e sistemas de som instalados nos edifícios do Palácio Barriga-Verde, incluídos o plantão técnico e a substituição de peças ou de equipamentos conforme especificações constantes do Edital

VALOR: R\$ 18.199,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 037/2009; e Autorização para o Processo Licitatório n.º 028/2009.

Florianópolis, 11 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello- ALESC

Edson Adilso Heck- Sócio administrador

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 341/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira, sito a Rua Brasil Correa, 620 - Bairro Farroupilha Videira - SC. Inscrita no CNPJ nº. 82.829.284/0001-98, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente.

Videira, 18 de Setembro de 2009

Representante:

Maria de Fátima Nardi Becker
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/10/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 349/09

COMUNIDADE OPÇÃO DE VIDA TERAPÉUTICA

Encaminha RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008 da APRAT - Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos

Lido no Expediente

Sessão de 11/1/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 350/09

AJORPEME Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa

Joinville, 09 de novembro de 2009

Exmo. Sr.

Jorginho Mello

Presidente Assembléia Legislativa

Excelentíssimo Senhor:

A AJORPEME - Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, entidade de utilidade pública estadual conforme reconhecimento pela lei estadual nº 8.373 de 11 de outubro de 1991, encaminha para vossa apreciação os documentos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, da lei 14.182.

Sendo o que tínhamos para o momento nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Maria Salette Rodrigues Pacheco
Presidente Ajorpeme

Lido no Expediente

Sessão de 11/11/09

*** X X X ***

PARECERES

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei nº: PL/372.4/2009

Origem: Governamental

Assunto: "Aprova a revisão do Plano Plurianual para o período 2010-2011 e adota outras providências".

Relator: Deputado Marcos Vieira

PARECER PRELIMINAR

**Senhora Deputada e
Senhores Deputados,**

1 - RELATÓRIO

Com base no art. 128, Inciso VI do Regimento Interno desta Casa Legislativa, avoquei o Projeto de Lei nº 0372.4/2009 que "aprova a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2010-2011 e adota outras providências" ao qual cumpre-me o dever de emitir Parecer Preliminar.

O Plano Plurianual - PPA é um instrumento de planejamento estratégico de médio prazo que, de forma ordenada e regionalizada, expressa as ações que o governo pretende desenvolver para atingir os objetivos e metas nos quatro anos seguintes à sua aprovação.

Introduzido no Sistema Orçamentário pela Constituição Federal de 1988 e adotado pela Carta Estadual, substituiu o Plano Plurianual de Investimento previsto pela Constituição de 1967, alterada pela Emenda Constitucional nº 01/1969.

Estudos [...] concluíram que nos países subdesenvolvidos os recursos financeiros gerados pelo Governo, em geral, são escassos em relação às necessidades da coletividade, e o Sistema de Planejamento Integrado busca, através da escolha de alternativas prioritárias, melhor emprego dos meios disponíveis para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes. (KOHAMA, 2003, p. 57)

Os artigos 165 e 166 da Constituição Federal adotam as Leis Orçamentárias como instrumentos do Planejamento Governamental, estabelecendo uma hierarquia e conexão entre o PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual. Determina que as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública sejam regionalizadas e tenham o alcance de quatro anos; cabendo aos Orçamentos Anuais a função de reduzir as desigualdades entre as regiões.

Ao traçar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo, o Governo do Estado pretende atender a orientação que inspirou os preceitos da Carta Magna.

Ressaltamos que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumprindo os preceitos constitucionais, colabora ativamente no processo de buscar atender os anseios da sociedade catarinense com a realização de Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, nas quais são elencadas as prioridades de cada região.

Analisaremos com maior particularidade, em relatório final, se as demandas prioritizadas nas Audiências Públicas Regionais estão contempladas neste Projeto de Revisão do Plano Plurianual 2010-2011.

Assim, com esta visão, são traçados os mega-objetivos, também sintetizados com os pretendidos pelo Planejamento da União.

Cumpre-se desta forma, os fundamentos da gestão fiscal responsável, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, promovendo o Planejamento e transparência.

Entretanto, pelo levantamento procedido nos Programas constantes do Anexo do Projeto de Lei nº 0372.4/2009, constatamos uma programação de despesa para o período de 2010-2011, no valor de R\$ 44.212.787.919,00 (quarenta e quatro bilhões, duzentos e doze milhões, setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e dezenove reais), sendo dividido nas seguintes fontes de recursos: Orçamento Geral do Estado: R\$ 29.416.771.982,00 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais); e Outras Fontes: 14.796.015.937,00 (quatorze bilhões, setecentos e noventa e seis milhões, quinze mil, novecentos e trinta e sete reais).

Consideramos que o Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 14.831, de 11/08/09, projeta uma receita para o período de 2010-2011 no valor de R\$ 26.334.981.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil reais), e uma despesa de R\$ 25.680.332.000,00 (vinte e cinco bilhões, seiscentos e oitenta milhões, trezentos e trinta e dois mil reais). Desta forma, as projeções da receita e despesa para o período 2010-2011 apresentam valores abaixo do proposto no referido Projeto da Revisão do Plano Plurianual.

Constatamos ainda, nesta análise preliminar:

- a) exclusão do Programa 0330 - Microbacias 2 Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Tipo Finalístico - PRAPEM, da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, no valor de R\$ 199.663.189,00 (cento e noventa e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e oitenta e nove reais);
 - b) ausência de valor (tanto na fonte de recursos do orçamento geral do Estado (OGE), como também em outras fontes (OF)), na subação nº 000584 - Ampliação da Subestação de Alta Tensão - SDR Maravilha, pertencente ao Programa de nº 0180 - Ampliação das Redes de Distribuição de Energia, tendo como Órgão as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.
 - c) recebimento da Mensagem nº 1194 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício, Jorginho Mello, que apresenta Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 0372.4/2009, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o período 2010-2011, do Órgão Secretária de Estado da Fazenda - Unidade Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Social: deduzindo do Programa 140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias - Ação 0555 - Desenvolvimento de Ações na Área de Infra-estrutura Subação 003015 - Desenvolvimento de Ações na Área de Infra-estrutura - na Fonte de Recursos: Outras Fontes - OF 0261, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e acrescentando ao Órgão Secretária de Estado da Fazenda - Unidade Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Social - Programa 0630 - Ação 0715 - Apoio ao Estudante do Ensino Superior - Lei 14.876 de 15/10/2009 - na Fonte de Recursos: Outras Fontes - OF 0261, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o exercício de 2010 e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o exercício de 2011.
- A referida Mensagem nº 1194, remete emenda ao Projeto de Lei nº 0.403.5/2009 Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010: deduzindo do Programa 140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias - Ação 0555 - Desenvolvimento de Ações na Área de Infra-estrutura Subação 003015 - Desenvolvimento de Ações na Área de Infra-estrutura - na Fonte de Recursos: 0261, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e acrescentando ao Órgão Secretária de Estado da Fazenda - Unidade

Orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Social - Programa 0630 - Ação 0715 - Apoio ao Estudante do Ensino Superior - Lei 14.876 de 15/10/2009 - na Fonte de Recursos: 0261, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o exercício de 2010.

2 - DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO

Cumprindo dispositivos constitucionais e legais do Orçamento Regionalizado, foram realizadas Audiências Públicas no período de 01 a 29 de junho de 2009, ampliando a discussão dos investimentos públicos necessários para o desenvolvimento do Estado.

A Comissão de Finanças e Tributação deliberou pelo critério da escolha de três prioridades por Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Tais prioridades foram inseridas em sua totalidade, como emendas do Relator Deputado Renato Hinnig, no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 14.831, de 11 de agosto de 2009, como prioridades a serem incluídas neste Projeto da Revisão do Plano Plurianual 2010-2011 (PPA) e no da Lei Orçamentária para 2010 (LOA).

Analisaremos, no relatório final, se as prioridades de cada região - incluindo aquelas elencadas para a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2010-2011 - constam da referida Revisão e no caso de não constarem, serão incluídas sob forma de emendas do Relator.

CONCLUSÃO

Após as observações já discorridas, concluímos que foram preenchidos os requisitos legais para sua tramitação, deixando para o relatório final a análise mais aprofundada dos itens que compõem o corpo do presente Projeto de Lei, bem como, manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

São estas, Senhora Deputada e Senhores Deputados, as nossas considerações preliminares ao Projeto de Lei nº PL/0372.4/2009, que aprova a Revisão do Plano Plurianual para o período 2010-2011 e adota outras providências.

Finalmente, Senhora Deputada e Senhores Deputados, apresentamos aos nobres pares o Cronograma de Tramitação do Projeto de Lei nº 0372.4/2009, de acordo com os artigos 278 a 301 do Regimento Interno desta Casa.

CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PL 372.4/2009 - REVISÃO DO PPA 2010-2011

DATA	TRÂMITE
11/11/2009	Apresentação do Parecer Preliminar
12 e 13/1/2009	Publicação do Parecer Preliminar
13 a 20/11/2009	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
02/12/2009	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
03 e 04/12/2009	Publicação do Parecer Conclusivo
08, 09/12/2009	Votação do Projeto em Plenário
11/12/2009	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
11 e 14/12/2009	Publicação da Redação Final
15/12/2009	Votação em Plenário da Redação Final
16/12/2009	Mesa encaminha autógrafo ao Governador para sanção

É o parecer.

Florianópolis, 11 de novembro de 2009.

Deputado Marcos Vieira

Relator

*** X X X ***

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei: 0403.5/2009.

Origem: Poder Executivo.

Ementa: "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010".

Relator: Deputado Darci de Matos.

PARECER PRELIMINAR

Senhor Presidente,
Senhora Deputada,
Senhores Deputados,

I - RELATÓRIO

Por deferência do Senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, com base no art. 128, Inciso VI do Regimento Interno, fui designado em 13/10/2009, para relatar o presente Projeto de Lei que "estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010".

A matéria foi lida na sessão do dia 15/09/2009 e remetida à Comissão de Finanças e Tributação, à qual compete a análise das proposições sob os aspectos financeiros e orçamentários, na forma do art. 73 do Regimento Interno desta Casa.

Inicialmente, há que se proferir o Relatório Preliminar sobre a matéria, o que fazemos com base nos fatos e fundamentos que passamos a expor:

O orçamento público é um instrumento de planejamento das ações governamentais no qual conterà a discriminação da receita e da

despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo.

Preliminarmente, lembramos aos nobres Parlamentares desta Casa Legislativa que a tramitação do Projeto de Lei 0372.4/2009, que trata da *Revisão do Plano Plurianual para o biênio 2010-2011 e adota outras providências*, em rito ordinário, segundo determinações do artigo 273 do Regimento Interno.

Portanto, para estabelecermos o rito especial deste Projeto teremos que considerar a necessidade de analisarmos em primeiro lugar as Emendas Parlamentares frente ao aprovado no Projeto de Revisão do Plano Plurianual, que deverá ter sua tramitação concluída na Comissão de Constituição e Justiça e nesta Comissão, a fim de coincidir os prazos de emendas deste, sob pena de prejuízo à prerrogativa dos Parlamentares de apresentarem e verem suas emendas aprovadas segundo as normas constitucionais e legais supracitadas, coincidentes com os recursos já nomenclaturados no Plano Plurianual em espécie e quantidade.

O Projeto de Lei Orçamentária que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010", compreende os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto.

Preconiza a Constituição Estadual no seu art. 120, § 4º que a lei orçamentária compreenderá:

"Art. 120...

§ 4º

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

II - o orçamento de investimento das empresas cujo controle seja, direta ou indiretamente, detido pelo Estado;

III - o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades, órgãos e fundos da administração pública a ela vinculados".

Segundo o Secretário de Planejamento, a proposta orçamentária ora apresentada foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o orçamento público, com a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e o Plano Plurianual 2008/2011 e sua revisão.

As ações de governo foram definidas a partir de programas concebidos de acordo com as orientações estratégicas do Plano de Governo, fundamentadas no trinômio descentralização administrativa, participação comunitária e desenvolvimento regional.

A Proposta Orçamentária apresentada dá continuidade à concretização dos objetivos do programa do Governo do Estado que tem como premissas básicas a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses, a modernização da gestão pública, o desenvolvimento ambiental, a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a regionalização do desenvolvimento.

Por fim, enfatizamos que a proposta orçamentária, orienta-se para a manutenção de um desenvolvimento econômico e social sustentado, embasado na solidez das finanças públicas e num perfil de crescimento que busca a melhoria do bem estar de toda Santa Catarina.

Com base no conteúdo do PL 0403.5/2009 que "Estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2010" - cujo teor e devida Exposição de Motivos estão nos anexos do PL - teremos algumas considerações preliminares que serão analisadas de forma mais completa e detalhada por ocasião do relatório final.

1.1 DA ESTIMATIVA DA RECEITA PARA 2010

A receita orçamentária foi estimada em R\$ 13.447.051.345,00 (treze bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, cinquenta e um mil e trezentos e quarenta e cinco reais), excluídas as receitas do Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com o direito a voto.

Sendo que R\$ 11.540.910.230,00 (onze bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e dez mil, duzentos e trinta reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 1.906.141.115,00 (um bilhão, novecentos e seis milhões, cento e quarenta e um mil e cento e quinze reais), do Orçamento da Seguridade Social.

A Receita Corrente Líquida está estimada em R\$ 12.147.671.048,00 (doze bilhões, cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e um mil e quarenta e oito reais) do Orçamento Fiscal; enquanto Receita Líquida Disponível está estimada no valor de R\$ 9.300.000.000,00 (nove bilhões e trezentos milhões de reais).

A receita estimada para o Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto é de R\$ 2.464.586.048,00 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e quarenta e oito reais).

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS
Recursos de Todas as Fontes

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00
		%
1. RECEITA DO TESOURO		
1.1 RECEITAS CORRENTES	14.887.269.639	110,71
1.1.1 Receita Tributária	11.452.050.863	85,16
1.1.2 Receita Patrimonial	192.993.220	1,44
1.1.3 Receita de Serviços	30.383	0,00
1.1.4 Transferências Correntes	3.007.043.991	22,36
1.1.5 Outras Receitas Correntes	235.151.182	1,75
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	244.887.641	1,82
1.2.1 Operações de Crédito	244.887.641	1,82
1.3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.767.070.781	-35,45
1.3.1 Deduções da Receita Tributária	- 4.411.941.455	-32,81
1.3.2 Deduções das Transferências Correntes	-295.485.366	-2,20
1.3.3 Outras Deduções	- 59.643.960	-0,44
TOTAL DA RECEITA DO TESOURO	10.365.086.499	77,08
2. RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
2.1 RECEITAS CORRENTES	2.489.260.727	18,51
2.1.1 Receita de Contribuições	552.278.190	4,11
2.1.2 Receita Patrimonial	90.986.682	0,68
2.1.3 Receita Agropecuária	2.116.704	0,02
2.1.4 Receita Industrial	8.837.607	0,07
2.1.5 Receita de Serviços	188.743.638	1,40
2.1.6 Transferências Correntes	1.411.530.865	10,50
2.1.7 Outras Receitas Correntes	234.767.041	1,75
2.2 RECEITAS DE CAPITAL	162.204.693	1,20
2.2.1 Alienação de Bens	66.767.043	0,50
2.2.2 Amortização de Empréstimos	45.037.650	0,33
2.2.3 Transferências de Capital	50.400.000	0,37
2.3 DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-164.845.131	-1,23
2.3.1 Dedução da Receita de Contribuições	-14.923.773	-0,11
2.3.2 Transferências Correntes	- 149.921.358	-1,11
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	2.486.620.289	18,49
3. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
3.1 RECEITAS CORRENTES	594.590.492	4,42
3.1.1 Receita de Contribuições	572.584.347	4,26
3.1.2 Receita Patrimonial	18.974	0,00
3.1.3 Receita Industrial	3.515.525	0,03
3.1.4 Receita de Serviços	5.678.925	0,04
3.1.5 Outras Receitas Correntes	12.792.721	0,10
3.2 RECEITAS DE CAPITAL	754.065	0,01
3.2.1 Outras Receitas de Capital	754.065	0,01
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	595.344.557	4,42
TOTAL	13.447.051.345	100,00

Fonte: PL 0403.5/2009 (Orçamento 2010).

1.2 DA FIXAÇÃO DA DESPESA

A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 13.447.051.345,00 (treze bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais):

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00
		%
1. Despesas correntes	11.393.924.857	84,74
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	4.809.255.904	35,76
1.2 Juros e Encargos da Dívida	728.566.649	5,42
1.3 Outras Despesas Correntes	5.856.102.304	43,55
2. Despesas de capital	2.047.677.407	15,22
2.1 Investimentos	1.392.191.972	10,35
2.2 Inversões Financeiras	34.052.084	0,25
2.3 Amortização da Dívida	621.433.351	4,62
3. Reserva de contingência	5.449.081	0,04
3.1 Reserva de Contingência	1.000.000	0,01
3.2 Reserva de Contingência RPPS	4.449.081	0,03
TOTAL	13.447.051.345	100,00

Fonte: PL 0403.5/2009 (Orçamento 2010).

A despesa total com pessoal foi fixada (art. 18 LRF) com base na folha do mês de agosto de 2009, totalizando o valor de R\$ 4.698.742.364,00 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

A relação entre o total de gastos com pessoal e a estimativa da Receita Corrente Líquida é de 42,52% desta. Fica consignado à Reserva de

Sendo que R\$ 9.717.795.837,00 (nove bilhões, setecentos e dezesseis milhões, setecentos e noventa e cinco mil e oitocentos e trinta e sete reais) do Orçamento Fiscal; e R\$ 3.729.255.508,00 (três bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e oito reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Em R\$ 1,00
		%
1. Despesas correntes	11.393.924.857	84,74
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	4.809.255.904	35,76
1.2 Juros e Encargos da Dívida	728.566.649	5,42
1.3 Outras Despesas Correntes	5.856.102.304	43,55
2. Despesas de capital	2.047.677.407	15,22
2.1 Investimentos	1.392.191.972	10,35
2.2 Inversões Financeiras	34.052.084	0,25
2.3 Amortização da Dívida	621.433.351	4,62
3. Reserva de contingência	5.449.081	0,04
3.1 Reserva de Contingência	1.000.000	0,01
3.2 Reserva de Contingência RPPS	4.449.081	0,03
TOTAL	13.447.051.345	100,00

Contingência o montante de R\$ 5.559.081,00 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e oitenta e um reais).

1.3 DOS GASTOS COM SAÚDE

O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1.132.670.376,00 (um bilhão, cento e trinta e dois milhões, seiscentos e setenta mil e trezentos e setenta e seis reais), correspondendo a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a

seguir:

A Emenda Constitucional Estadual nº 20 e a Emenda Constitucional Federal nº 29 estabelecem limites mínimos de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, além de prever que os recursos dos Estados e Municípios destinados a essas ações e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundos de Saúde.

As Emendas Constitucionais Federal nº 29 e Estadual nº 20 estabelecem que o Estado deve aplicar em ações e serviços públicos, percentual mínimo de 12% do produto da arrecadação de impostos estabelecidos no art. 155 da Constituição Federal, somados aos

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

(Art. 77 do ADCT da Constituição Federal)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	9.438.842.225
1.1 Impostos	8.295.326.865
1.1.1 ITBI	27.630
1.1.2 IRRF	520.899.604
1.1.3 IPVA	375.795.292
1.1.4 ITCMD	44.194.005
1.1.5 ICMS - Estadual	7.354.410.334
1.2 Transferências Federais	997.395.401
1.2.1 Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	256.029.516
1.2.2 Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	69.122.810
1.2.3 Cota - Parte FPE - Linha Estado	672.243.075
1.3 Multas e Juros de Mora dos Impostos	100.571.517
1.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	11.480.594
1.5 Dívida Ativa dos Impostos	34.067.848
2. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12,00%
3. VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.132.661.067
4. PERCENTUAL FIXADO	12,00%
5. TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.132.670.376
5.1.1 Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.132.670.376
5.1.1.1 Recursos Ordinários - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente - (Fonte 0.100)	1.132.670.376

Fonte: PL 0403.5/2009 (Orçamento 2010).

1.4 DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO

Com relação à educação que deve atender dispositivo constitucional - art. 167 da Constituição Estadual - o Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino a importância de R\$ 2.551.969.931,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e um milhões, novecentos e sessenta e nove mil e novecentos e trinta e um reais), correspondendo a 27,04% (vinte e sete vírgula zero quatro por cento) da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

De acordo com o Projeto ora em apreciação, no orçamento de 2010 o

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO

(Art. 167 da Constituição Estadual)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	9.438.842.225
1.1 Impostos	8.295.326.865
1.1.1 ITBI	27.630
1.1.2 IRRF	520.899.604
1.1.3 IPVA	375.795.292
1.1.4 ITCMD	44.194.005
1.1.5 ICMS - Estadual	7.354.410.334
1.2 Transferências Federais	997.395.401
1.2.1 Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	256.029.516
1.2.2 Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	69.122.810
1.2.3 Cota - Parte FPE - Estado	672.243.075
1.3 Multa e Juros de Mora dos Impostos	100.571.517
1.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	11.480.594
1.5 Dívida Ativa dos Impostos	34.067.848
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.783.582.998
2.1 Impostos	1.554.879.926
2.1.1 ICMS - Estadual	1.470.882.067
2.1.2 ITCMD	8.838.801
2.1.3 IPVA	75.159.058
2.2 Transferências Federais	199.479.080
2.2.1 Cota Parte do IPI - Estados Exportadores	51.205.903
2.2.2 Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	13.824.562
2.2.3 Cota - Parte FPE - Estado	134.448.615
2.3 Multas e Juros de Mora dos Impostos	20.114.303
2.4 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	2.296.119
2.5 Dívida Ativa dos Impostos	6.813.570
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	2.359.710.556
5. PERCENTUAL FIXADO	27,04%
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	2.551.969.931
6.1 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	1.973.322.647
6.1.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	415.000.000

6.1.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	1.158.322.647
6.1.3 Inativos - (Fonte - 0100)	400.000.000
6.2 SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	278.510.501
6.2.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	13.510.501
6.2.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	265.000.000
6.3 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	200.436.783
6.3.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	190.650.000
6.3.2 Fundo Social - (Fonte - 0261)	5.174.283
6.3.3 Fundos SEITEC - (Fonte - 0262)	4.612.500
6.4 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE	99.700.000
6.4.1 Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	16.700.000
6.4.2 Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	78.000.000
6.4.3 Inativos - (Fonte - 0100)	5.000.000
6.5 DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	282.260.351

Fonte: PL 0403.5/2009 (Orçamento 2010).

1.5 DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

De acordo com o artigo 8º, inciso I, deste projeto, o Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de um quarto das dotações orçamentárias.

Este projeto traz ainda em seu art. 8º, § 2º, atribuição a um Órgão Central para modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, através do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesas, o elemento de

despesa dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como modalidade de aplicação e o identificador de uso - iduso das destinações de recursos.

1.6 DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Conforme o artigo 9º deste projeto, o Orçamento de Investimento compreende o orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém o capital social com direito a voto.

A despesa de investimento para 2010 é fixada em R\$ 2.464.586.048,00 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e quarenta e oito reais), distribuída da seguinte forma:

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Secretaria de Estado do Planejamento	111.001.000
SC - Parcerias S.A.	111.001.000
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	57.326.000
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.	57.326.000
Gabinete do Governador do Estado	2.284.253.048
CELESC GERAÇÃO S.A.	250.501.000
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	823.136.746
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.	699.511.718
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.	172.192.000
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	338.911.584
Secretaria de Estado da Fazenda	11.506.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.	11.506.000
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR - Grande Florianópolis	500.000
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.	500.000
TOTAL	2.464.586.048

Fonte: PL 0403.5/2009 (Orçamento 2010).

1.7 DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, visando cumprir disposições constitucionais e legais do Orçamento Regionalizado realizou Audiências Públicas no período de 01 a 29 de junho de 2009, com o objetivo de ouvir a sociedade catarinense, ampliando a discussão dos investimentos públicos necessários para o desenvolvimento do Estado.

Conforme a metodologia utilizada na realização das Audiências Públicas Regionais pela Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças e Tributação deliberou pelo critério da escolha de três prioridades por Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Estas prioridades foram inseridas em sua totalidade, como emendas do Relator Deputado Renato Hinnig, no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 14.831, de 11 de agosto de 2009, como prioridades a serem incluídas na proposta orçamentária para 2010 (LOA).

No relatório final, analisaremos as prioridades de cada região, inclusive àquelas elencadas para a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2010-2011, a fim de verificar se constam da proposta orçamentária do Poder Executivo encaminhada a esta Casa e, no caso de não atendidas, serão incluídas sob forma de emendas do Relator.

1.8 DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS
O presente Projeto de Lei atende as exigências da Constituição Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, tendo assim preenchido os requisitos formais e legais, preconizados na Lei nº 4.320/64.

II - DOS CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

A definição dos critérios para apresentação de emendas baseia-se no que determina a Constituição Estadual de 1989, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 14.831 de 11/08/09.

A Constituição Estadual no § 5º do Art. 120 diz o seguinte:

"Art. 120
§ 5º Para emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a Assembléia Legislativa, por intermédio da Comissão específica, sistematizará e priorizará, em audiência regional prevista no inciso III do § 2º do artigo 47 desta Constituição, as pro-

postas resultantes de audiências públicas municipais efetivadas pelos Poderes Públicos locais entre os dias 1º de abril a 30 de junho de cada ano, nos termos da regulamentação".

Ainda na Constituição Estadual, o § 2º e os incisos I, II, e III do § 4º do Art. 122 determina o seguinte:

"Art. 122
§ 2º - As emendas aos projetos serão apresentadas perante a comissão técnica, que sobre elas emitirá parecer, e deliberadas, na forma regimental, pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser acolhidas caso:

- I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os decorrentes de anulação de despesas, excluídas as relativas:
 - a) a dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) ao serviço da dívida pública;
 - c) a parcelas correspondentes às participações municipais.
- III - sejam relacionadas com correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei."

Os artigos, 25, 26 e 27 da Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 - (Lei 14.507/2008) também determina que:

"Art. 25. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

- I - contrariarem o estabelecido no caput deste artigo;
- II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;

b) receitas e despesas vinculadas, criadas por leis específicas;

c) receitas próprias e despesas de entidades da administração indireta e fundos;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e

V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 26. Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 27. As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física."

É importante também frisar que está tramitando concomitantemente a este projeto a Revisão do PPA, PL 0372.4./2009, que altera para o período de 2010-2011 os dispositivos da Lei nº 14.354, de 21/01/2008, modificada pela Lei nº 14.647, de 09/01/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2009-2011 e adota outras providências. Durante o processo de elaboração de emendas, há que se considerar também as alterações propostas pela Revisão do Plano Plurianual.

Atenção especial deverá ser dada ao preenchimento das emendas, especialmente no que diz respeito aos números dos Programas, Ações e Subações, sob pena de serem rejeitadas.

Tal providência se faz necessária tendo em vista a exiguidade de prazo para aprovação da LOA, visando cumprir o calendário de recesso já programado pela Assembléia Legislativa, e da impossibilidade do Relator promover correções em emendas parlamentares que porventura venham a ser propostas.

As emendas deverão ser apresentadas conforme determina o Regimento Interno desta Casa em seus Artigos 297, 298:

"Art. 297. Publicado o parecer preliminar, abre-se prazo de até quinze dias para a apresentação de emendas, findo o qual o Relator disporá de mais quinze dias para a emissão de parecer definitivo sobre o projeto e as emendas analisadas.

Art. 298. As emendas referidas no artigo anterior, deverão ser compatíveis com o plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias, devendo ser obrigatoriamente rejeitadas as que não se enquadrarem nesses parâmetros.

§ 1º As emendas poderão ser apresentadas por meio do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Emendas adotado pela Comissão de Finanças e Tributação.

§ 2º Quando o sistema eletrônico de que trata o parágrafo anterior não estiver em condições de funcionamento, as emendas serão apresentadas em uma via impressa, protocolizadas na Comissão de Finanças e Tributação."

III - DO CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI 0.403.5/2009

Com base nos Artigos 278 a 301 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sugerimos o seguinte cronograma de tramitação do PL 403.5/2009 - LOA 2010:

DATA	TRÂMITE
11/11/2009	Apresentação do Parecer Preliminar
12 e 13/11/2009	Publicação do Parecer Preliminar
13 a 20/11/2009	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
02/12/2009	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
03 e 04/12/2009	Publicação do Parecer Conclusivo
08, 09/12/2009	Votação do Projeto em Plenário
11/12/2009	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
11 e 14/12/2009	Publicação da Redação Final
15/12/2009	Votação em Plenário da Redação Final
16/12/2009	Mesa encaminha autógrafa ao Governador para sanção

IV - CONCLUSÃO

Concluimos que foram obedecidos os requisitos legais para a tramitação do PL./372.4/2009, sendo que a análise mais detalhada do Projeto de Lei assim como parecer das emendas propostas será apresentado no Relatório Final.

É o parecer.

Florianópolis, 11 de novembro de 2009.

Deputado Darci de Matos

Relator

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2107, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora NEUSA MARIA CELLA, matrícula nº 4982, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de novembro de 2009 (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2108, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DIOMEDES TADEU PEREIRA BATISTA, matrícula nº 5941, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2109, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor WAGNER FREGULHA, matrícula nº 5353, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2110, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WAGNER FREGULHA, matrícula nº 5353, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de novembro de 2009 (Gab Dep Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2111, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Manoel Mota RODRIGO VIEIRA, Auditor Fiscal de Controle Externo, código

TC.AFC.14.F, matrícula nº 450.653-7, servidor do Tribunal de Contas de Santa Catarina, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pela Portaria nº TC 0623/2009, de 06 de novembro de 2009, sob a égide do Termo de Cooperação Técnico Institucional entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2112, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARTHA FERNANDEZ GONZAGA CURIAL**, matrícula nº 1409, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, no Gabinete do Deputado Valmir Comin.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2113, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **VILSON JOSE FLORIANO**, matrícula nº 2159, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, na Comissão de Pesca e Agricultura.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2114, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2103/09,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **VANIA MARIA CARRIÇO DE OLIVEIRA CERVI**, matrícula nº 1546, fazendo constar como sendo **VANIA MARIA CARRIÇO DE OLIVEIRA**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Kotzias de Florianópolis/SC.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº MPV/00159/2009.

Altera a Lei nº 7.541, de 1998, que dispõe sobre taxas estaduais.

Art. 1º A Tabela III, V, VI, VII, VIII e IX, da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2009.
Deputado Darci Matos

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 495/09

Concede o título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Barcellos de Mello.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Barcellos de Mello.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 11/11/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências projeto de lei que concede título de cidadão catarinense ao Senhor José Antônio Barcellos de Mello.

Nascido em 5 de janeiro de 1943, na cidade de Rio Grande, litoral do Rio Grande do Sul, casado com Sarah Maria Ernst de Mello, é graduado no curso de Engenharia Industrial Modalidade Química, na Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande.

Mostra ser um grande amigo de Santa Catarina e como empresário tem empreendido relevante trabalho, com espírito cívico, valorizando e dignificando a nobre classe dos empresários catarinenses.

Ao lado empresarial que prima pela objetividade e racionalidade, existe um outro, emotivo e sentimental, que Mello deixa extravasar através da música. Participou do grupo musical Arpège, na cidade do Rio Grande, tendo criado posteriormente o programa 'Clube da Canja' no Canal 20, da TV Cidade de Joinville, com o firme propósito de divulgar os músicos joinvillenses, tornando-os conhecidos na Região Norte Catarinense.

Proporcionando melhor qualidade de vida para todos, organiza concertos com artistas nacionais e locais, revertendo a renda para entidades filantrópicas. Palestrante, recebeu prêmios como Empresário do Ano, Cidadão Honorário de Joinville, Medalha Cruz e Souza, Medalha Anita Garibaldi e tantos outros.

Por tudo isso, e várias outras realizações desse catarinense de coração aqui não citadas, é que peço a Vossas Excelências a aprovação deste projeto de lei, prestando, assim, esta Casa, a justa homenagem ao cidadão que tem tratado o Estado de Santa Catarina com muito carinho e sempre mostrou ser um cidadão amigo do nosso estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 496/09

Declara de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins - ACATIMAR.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins - ACATIMAR, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 11/11/09

JUSTIFICATIVA

Tomou a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins - ACATIMAR**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***